



ATA 07/2023

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta e nove minutos realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por Valter José Lameiro Soares e secretariada por Carolina Maria Pires da Silva. -----

*Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, Anabela Delgado Zarro Balau, Carolina Maria Pires da Silva, João Nunes Vieira, João Pedro Azevedo Pessa, Pedro Miguel Pinto Marques, Ricardo Jorge Batista dos Santos e Ricardo António Mafra Germano Esgaio - **eleitos pelo Partido Socialista**; Tânia Gandaio da Silva, Cândida Maria Coelho Cavaleiro de Sousa, António Absalão Ova dos Santos, Maria Helena Rodrigues Vaz, Susana Dinis Gonçalo, Rui Pedro Marques Venâncio e Edmundo José Couto Barbosa - **eleitos pelo Partido Social Democrata**; Sara Loureiro Vidal Correia da Silva, Samuel António Constantino Fialho e Helena Isabel Copa da Silva - **eleitos pela Coligação Democrática Unitária**; Cheila Dolores de Mendonça de Aguiar - **eleita pelo Bloco de Esquerda**; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, respetivamente, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, e da Nazaré, e Elsa Margarida Oliveira Lino Nascimento, representante legal do Senhor Presidente de Freguesia de Valado dos Frades. -----*

Solicitaram a substituição os Senhores: Samuel Oliveira (CDU); Carla Abegão (PS); Sílvia Gomes (PS); Vasco Frederico Pires de Sousa (CDU). -----

*Esteve presente o **executivo camarário**, composto pelos Senhores Walter Chicharro, Manuel Sequeira, Regina Matos, Orlando Rodrigues, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e João Paulo Quinzico Delgado. -----*

*- **Intervenção do Senhor Presidente em exercício, Valter Soares**, para informar a Assembleia Municipal da renúncia de mandato e da Mesa da Assembleia do Presidente José Ramalhal e da necessidade de se eleger uma nova Mesa e de um 1º. Secretário para constituir a Mesa inicial. -----*

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos:

1 - Procedeu-se à eleição do 1º. Secretário da Mesa:

- Foi apresentada uma lista única: João Nunes Vieira. -----

A lista obteve 16 votos SIM; 3 votos NÃO e 3 Abstenções. -----

O 1º. Secretário foi eleito por unanimidade. -----

2 – Em virtude da renúncia ao mandato do eleito José António Ramalhal Lopes, foi chamado a substituí-lo e a tomar posse o cidadão Ricardo Jorge Batista dos Santos, conforme plasmado no artigo 79º. N.º 1 da Lei 169/99, d 18/09, na redação vigente. Este ato foi formalizado pela Dra. Helena Pola, e o Senhor Valter Soares, em substituição do Presidente da Mesa, considerou-o investido nas suas funções. -----

3 - De seguida procedeu-se à eleição da constituição de uma nova da Mesa: -----

Não tendo sido possível em Comissão Permanente se chegar a um consenso, verificou-se a existência de duas listas pelo PS e pelo PSD. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques**, que se dirigindo ao Senhor Presidente em exercício, proferiu:

“A Assembleia Municipal da Nazaré, reuniu hoje pela primeira vez, na sequência da renúncia do mandato do Senhor Presidente José Ramalhal, por motivos pessoais devidamente justificados e do conhecimento de todos os eleitos, é fundamental que como eleitos no órgão máximo mais representativo no Concelho da Nazaré, saibamos agir de uma forma exemplar na composição da nova mesa que aqui conduzirá os trabalhos de hoje em diante. Compreendemos que cada um dos partidos aqui representados, terá a sua estratégia política devidamente definida, entendemos que em circunstâncias normais isso pode resultar em divergências políticas legítimas. No entanto, neste momento, onde a renúncia do anterior Presidente se baseou unicamente, em motivos pessoais, é crucial que coloquemos o bem comum acima de qualquer diferença partidária. O Partido Socialista, na sequência dos últimos acontecimentos, desencadeou um diálogo com todas as forças políticas aqui representadas, no sentido de comunicar a disponibilidade para a discussão construtiva sobre o rumo a seguir, com o intuito de ampliar o consenso em torno de uma matéria tão sensível e inesperada. O Partido Socialista demonstrou abertura para integrar um elemento da atual força da oposição na nova mesa da Assembleia Municipal não tendo sido acolhida essa pretensão. Desta forma apresentamos como lista candidata à mesa da Assembleia Municipal da Nazaré os seguintes deputados: José Alexandre Serra Sales na qualidade de Presidente; João Nunes Vieira, na qualidade de Primeiro Secretário e Anabela Delgado Zarro Balau, na qualidade de Segunda Secretária”. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que disse: atendendo que no princípio deste mandato, o PSD, também teve como intuito presidir à mesa, consideraram, assim como disseram na reunião da Comissão Permanente, que uma vez que o primeiro escolhido, não estaria no momento disponível, que estariam disponíveis, como segunda eleita, para presidir a mesa, e como tal, apresenta a lista, como foi apresentado no primeiro dia, em que esteve como membro da Assembleia, propondo: Tânia Gandaio para Presidente da Mesa; Cândida Coelho para Primeira Secretária e Susana Gonçalo, para Segunda Secretária. -----

Votação: -----

Lista A (PS) – 12 votos a favor (Proposto para Presidente José Sales; 1º. Secretário João Vieira e 2º. Secretário Anabela Balau). -----

Lista B (PSD) – 7 votos a favor (Proposto para Presidente Tânia Gandaio; 1º. Secretário Cândida Coelho e 2º. Secretário Susana Gonçalves). -----

1 voto nulo

4 abstenções

Aprovada por maioria a Lista A

Constituição da Nova Mesa da Assembleia:

Presidente: José Alexandre Serra Sales

1º. Secretário: João Nunes Vieira

2ª. Secretária: Anabela Delgado Zarro Balau

Constituída a nova Mesa da Assembleia, o Presidente da Assembleia, eleito, José Alexandre Serra Sales, cumprimentou todos e agradeceu o voto de confiança que lhe foi dado, a ele e a toda a composição da mesa, e fez um pequeno discurso: -----

“Caros eleitos municipais e executivo municipal e cidadãos do Concelho da Nazaré, é com grande honra e responsabilidade que hoje assumo a posição de líder desta Assembleia Municipal. Comprometo-me a trabalhar incansavelmente para representar os interesses dos munícipes do nosso tão querido Concelho. Antes de mais quero dirigir as primeiras palavras para o anterior Presidente desta Assembleia Municipal – Meu querido amigo José Ramalhal, que por motivos pessoais viu-se obrigado a renunciar ao cargo e que nos dez anos que presidiu a esta Assembleia, sempre mostrou a sua dignidade e honorabilidade de forma exemplar e profissional e que foi um exemplo de seriedade, que terei sempre como modelo para levar a bom Porto os desígnios desta Assembleia. Como atual Presidente desta Assembleia irei sempre promover a transparência, a participação cívica e o diálogo construtivo. Todos juntos, construiremos um futuro para a Nazaré, baseado na colaboração, no respeito mútuo e no diálogo construtivo de forma a que este órgão cumpra o seu objetivo com o fiscalizador do executivo Municipal. Conto com a colaboração de todos vocês, para enfrentar estes desafios que se apresentam. Obrigado pela vossa confiança. Avancemos juntos, com determinação e dedicação, a um futuro próspero para o nosso Concelho. Obrigado. “ -----

- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, fez referência às substituições e prosseguiu com o Período antes da Ordem do dia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2023 – Apreciação e votação**

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

2. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 12 DE SETEMBRO DE 2023 – Apreciação e votação

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

3. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

4. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que quis colocar uma questão jurídica que pode influenciar o normal seguimento da Assembleia – que o João Vieira tem um contrato com o Município, realizado este mês. Questionou, se existe incompatibilidade, ou não, com o exercício dessa função e com a de deputado Municipal? Que o PSD acha que sim e que têm um parecer a dizer que sim, mas que gostaria de ouvir os serviços jurídicos da Câmara, sobre o assunto. -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, que começou por dizer, que o contrato que existe, será um contrato de prestação de serviços. Que, o Dr. João é um trabalhador independente, que apenas foi contratado como gestor de bairro e que será uma figura ligada à candidatura que o Município viu aprovada no âmbito dos bairros digitais comerciais. Que, ele não presta serviço direto para a Câmara Municipal, em nenhuma das suas divisões, em nenhum dos seus serviços, estando associada a um projeto, da qual ele, não tem subordinação jurídica à Câmara; que não tem prestação de horário, sendo pago pela Câmara, e não o é, porque a remuneração também é financiada à Câmara, a 100%, e, portanto, também, nem a remuneração, ainda que seja paga através da Câmara, vem diretamente dos cofres da Autarquia. Que não vê, qualquer tipo de inconveniente legal, nas funções de eleito local, neste caso, membro da Assembleia, e um trabalhador independente no âmbito de um projeto, que a Câmara, estará a desenvolver – que tem um determinado âmbito de atuação, sendo verdade, mas que em nada conflitua ou gere

diretamente com os serviços camarários na sua generalidade, não vendo qualquer tipo de incompatibilidade. -----

- Usou da palavra, o Senhor Deputado António Absalão, que disse, que o PSD acha, o contrário e que irão seguir com os termos que acham corretos e a Assembleia agirá por si. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sheila Aguiar, que apresentou uma declaração:

“O atual cenário político leva-nos a refletir sobre que compromisso e quais os desafios mais urgentes que a nossa população precisa que asseguremos e possamos enfrentar.

Neste caminho para as eleições antecipadas é importante não esquecermos o resultado da governação da direita, que marcou o país da pior forma, com o seu empobrecimento e roubo de rendimentos (salários e pensões) e não esquecer também os resultados deixados por uma maioria absoluta do PS, que abandonou os serviços públicos essenciais e toda a sua comunidade profissional.

Os que disseram, vezes sem conta, que não era possível dar uma carreira digna aos professores e professoras são agora os que dizem que afinal é possível.

Os que deixam o SNS sem profissionais, continuam a dizer que é uma questão de tempo...

Aqui, o problema não é o tempo, é a falta de compromisso com o mais importante, a falta de ação perante a decadência dos alicerces primários de qualquer democracia.

Aqui, o problema não é o tempo, mas sim a falta de coerência e de empenho de quem toma as decisões políticas.

E se a nível nacional pudemos sentir claramente a prepotência de uma governação, que basta contar apenas com os seus votos, a nível local as maiorias absolutas sofrem do mesmo mal. Fecham-se nas suas próprias bolhas partidárias e o que realmente importa na vida das pessoas fica para trás.

O Bloco de Esquerda é determinante na definição das soluções que realmente contam para a população. Marcar o futuro não significa enfrentar apenas os problemas imediatos, mas também oferecer um horizonte de esperança àqueles que vivem na nossa terra, às novas gerações que são cada vez menos as que ficam, por falta de oportunidades que lhes permita um futuro sem precariedade e exploração.

O nosso compromisso é mudar a vida das pessoas que enfrentam uma realidade dura, proporcionar soluções concretas nas áreas cruciais da habitação, da saúde e da educação.

Não podemos deixar de saudar o protesto que decorreu no passado dia 30 de setembro pelo Direito à Habitação no nosso concelho.

Manifestação nacional, que se fez ouvir um pouco por todo o país e também na Nazaré sob o lema: “Casa para Viver”. Foram vários os testemunhos e ativistas reunidos, num momento de grande união por uma causa comum e o Bloco de Esquerda esteve lá, na rua com a população e vai estar sempre até que a habitação seja um direito e não um luxo para os turistas ricos.

As nossas propostas são conhecidas, resultado de anos de luta e transformação. Seja no reforço do Serviço Nacional de Saúde e seus profissionais, seja pelo direito à Habitação digna e acessível a todas as pessoas, por uma Escola Pública verdadeiramente inclusiva, pelo aumento dos salários e do rendimento da população, pelo aumento da verba dedicada à Cultura, pelos direitos fundamentais de cada um e de cada uma, à igualdade, liberdade e solidariedade.

O Bloco de Esquerda leva a população a sério.

A população precisa de uma Esquerda forte e coerente que assuma os seus compromissos e que enfrente os grandes desafios sociais e económicos que fazem parte das nossas vidas.

Essa Esquerda de Confiança é o Bloco de Esquerda e nós vamos à Luta. Cheila de Aguiar, deputada Municipal do Bloco de Esquerda”. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que relativamente aos esclarecimentos prestados pela Dra. Helena Pola, sobre o Senhor Deputado João Vieira, pediu que lhes fosse enviado a resposta por escrito e também sugeriu que solicitado um parecer à CCDR, porque acompanham a posição do PSD, relativamente a essas incompatibilidades, mas que deixam a quem de direito, definir se será assim, ou não. -----

Declaração Política da CDU – “O PS na CMN: a arte de transformar desastres governativos em supostos sucessos retumbantes” – Deputada Sara Vidal. -----

“O ano de 2023, que se aproxima alucinantemente do seu fim, parece assumir-se como o annus horribilis para o executivo municipal do PS, o que evidencia aquilo que já se esperava e que o mesmo já vem transparecendo há muito tempo — desorientação e um profundo desnorte! -----

A séria oposição, denúncia, proposta e ação organizada levada a cabo pela CDU, tem sido determinante, como sempre afirmámos, para o reforço da democracia local na medida em que esta força política tem sido capaz de levar à população a informação daquilo que, de outra forma, ficaria irremediavelmente encerrado dentro das quatro paredes dos órgãos institucionais. -----

No essencial, é isto que não nos perdoam! Não nos perdoam, porque a população do nosso concelho acreditou que a presença da CDU no executivo municipal seria determinante para a alteração do quadro da democracia local! Não nos perdoam, porque gostariam de continuar a agir com práticas antidemocráticas, com erros clamorosos, com decisões desastrosas para a vida das populações, sem que isso fosse do conhecimento público. -----

Não nos perdoam, porque expusemos a falência deste modelo governativo e as profundas contradições que o mesmo encerra. Não nos perdoam, porque sempre lhes fizemos a mesma pergunta, sem que nunca tivéssemos recebido uma resposta credível. "Este sucesso à escala global que tanto apregoam serve para quê, e é dirigido a quem?" -----

Não precisamos que se esforcem. A expulsão de várias famílias do concelho, o aumento da procura à loja social, o aumento da necessidade de recurso à ação social escolar, a

acentuação do acompanhamento de um número cada vez maior de utentes no quadro da CPCJ, a quebra demográfica, a perda de população nos últimos 12 anos, a degradação dos serviços públicos, as carências no plano da habitação, os constrangimentos à mobilidade, o desinvestimento na cultura, os milhões gastos em propaganda e desportos de massas, em viagens, são as consequências do modelo preconizado e a materialização prática que responde cabalmente a todas as nossas perguntas. -----

Um governo que se julga de elite, que governa para as elites económicas tentando imitar as suas práticas e comportamentos, desejando ascender rapidamente a essa condição, afirmando, sem pejo, querer uma terra de elite, mais não faz do que transferir recursos públicos para mãos privadas, manietando e maximizando o Estado local para o efeito, almejando com isso satisfazer as classes dominantes, para além de objetivar a sua eternização no poder, enquanto a população se afunda em impostos, num município endividado até à medula! -----

O ano que agora finda está a ser, de facto, um annus horribilis para o executivo do PS.

Um annus horribilis, que começa com a tentativa de concretização de um projecto com vista à produção de hidrogénio verde no concelho, junto ao lugar de Fanhais, tratado em surdina durante um ano, até ser denunciado pela CDU, denúncia à qual outras forças da oposição se associaram, dando visibilidade a um projecto altamente gravoso que a população oportuna e firmemente travou; -----

Um annus horribilis, com a tentativa de fuga para a frente, do Sr. Presidente da Câmara, para presidir ao Turismo do Centro, desejo que saiu furado; mais um caso com enorme relevância política que, não fosse a intervenção e denúncia da CDU, ninguém teria conhecimento; -----

Um annus horribilis, com a APA a querer intervir no Bico da Memória, para executar de qualquer forma os fundos do PRR, e com o beneplácito do PS local. Mais um desastre travado pela população, onde a CDU, mais uma vez, teve um papel central na denúncia da tentativa de destruição do nosso património coletivo que estava em curso; -----

Um annus horribilis, com a obra da Sub-Vila que se esperaria de curto prazo e que ainda está em curso, com enormes prejuízos para os pequenos comerciantes locais; uma obra projetada nas costas de toda a gente, comerciantes, organizações representativas, e, até, por incrível que possa parecer, do próprio responsável pelo departamento na CMN!!! Como seria de esperar — deu buraco! -----

Um annus horribilis, com materialização das Festas do Sítio, onde a falta de projecto, reflexão coletiva, envolvimento das forças associativas e da população local determinaram um prejuízo superior a 100 mil euros; e claro, com estes prejuízos têm que declinar apoios sociais substantivos, como reforço do apoio à natalidade, manter os valores das bolsas de apoio ao ensino superior (ainda que alargando o seu número), baixar os valores dos transportes públicos municipais, apoios aos prejuízos diretos causados pelas obras da Sub-Vila, entre outros. -----

Um annus horribilis, com a preparação do ano letivo e toda a trapalhada a que assistimos no plano das AEC's, onde se prejudicaram objetivamente alunos, pais e trabalhadores afetos a estes serviços; -----

Um annus horribilis, porque passou mais um ano sem que o executivo tenha a capacidade clara de encontrar uma resolução lógica que coloque termo a um problema que o mesmo criou: a reversão da privatização da parte superior da Pedralva, que se eterniza num estado lastimável; o mesmo acontecendo com outra concessão, a dos campos de ténis para o Padel; -----

Um annus horribilis, porque não consegue dar respostas no plano da coesão territorial e do reforço da identidade concelhia; onde a eternização da colocação da Ponte do Rio da Areia ou ter deixado as crianças de Valado dos Frades 16 meses sem ter a possibilidade de usufruir de um parque infantil não abona nada em favor dessa visão do concelho como um todo indivisível, acusando um profundo centralismo; -----

Um annus horribilis, porque se atribuíram as concessões para ocupações temporárias de praia à margem da lei e com claro favorecimento a alguns operadores em detrimento de outros; -----

Um annus horribilis, porque nem a iluminação de Natal escapou ao desastre governativo, sendo contemplada em orçamento através de uma alteração ao mesmo já no mês de novembro e que depois desagua numa iluminação completamente anacrónica, alusiva não à época festiva que atravessamos, mas, pasme-se, aos Santos Populares!!!! Qualquer dia temos Natal no Verão, Páscoa nas festas do Sítio e a festa das chouriças no Senhor dos Passos. -----

Com todo este imenso rol de desastres absolutos no plano da governação local, mesmo assim, ninguém assume responsabilidades políticas sobre coisa nenhuma! Como se não bastasse, ainda vêm tirar fotografias ao lado de obras em curso como se de vitórias retumbantes se tratasse! Já o malogrado Jorge Coelho dizia, "A culpa não pode morrer sozinha l". -----

Como se isto ainda não fosse suficiente, ainda tentam limitar os direitos sociais, políticos e culturais dos membros da oposição, com intervenções dignas de um período que terminou na madrugada que tantos esperavam, e que outros com sangue construíram, mas que muitos ainda lamentam ter acontecido. Falam de assaltos. Assaltos nas costas da polícia! Aquilo que não permitiremos é que se normalize este clima de perseguição, delação e cerco sanitário a quem não alinha pela vossa batuta! -----

No plano local, e a propósito dos encontros e desencontros das luzes de Natal, também a luz artificial com que o PS iludia os munícipes está a esfumar-se a olhos vistos e a dirigir-se para o local de onde nunca deveria ter saído. -----

O obscurantismo nunca se pode disfarçar de mecanismo luminoso. A luz, quando não é natural, oculta-se mais tarde ou mais cedo por falta de combustível ou porque o pavio ficou curto demais. -----

Como escreve António Avelãs Nunes, "Este é o tempo dos monstros". E se há coisa que sempre desorientou e encadeou os monstros, em qualquer tempo histórico, foi a luz, essa luz natural que não se consegue apagar e que acabará por iluminar também este município! Nazaré, 12 de dezembro de 2021 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -----

Proposta (CDU) “Análise à situação da Mesa AMN” -----

“A situação criada com a renúncia ao cargo apresentada pelo Sr. Presidente da Mesa desta AM, que se lamenta, evidenciou a necessidade de se eleger uma nova mesa, mas criou, quanto a nós, um novo problema. Analisando os documentos recebidos referentes a este assunto da renúncia e da forma de eleição da nova mesa, aos quais nada temos a opor, destacamos no documento uma informação que nos deixa preocupados quanto à legalidade da normal decorrência de algumas sessões da AMN, após a ocorrência de uma renúncia, também de um membro da mesa, no caso 2º. Secretário, eleito na mesma lista junto com o membro que agora renunciou, mas que, na altura da sua renúncia de secretário da mesa, não mereceu o mesmo tratamento no tipo de eleição para a sua substituição. Diz o douto parecer, emitido pela chefe de divisão administrativa e financeira da CMN, a dado momento e na sequência da interpretação de um outro, o que seguidamente citamos: “Ora, sendo um dos deveres dos eleitos locais participar nas reuniões dos órgãos para que foram eleitos, acrescentando nós, e nos cargos para que foram eleitos, entendemos, salvo melhor opinião, que poderá ser posta em causa a possibilidade desta «renúncia» voluntária ao cargo de membro da Mesa da Assembleia, considerando-se que faz parte dos deveres dos eleitos permanecer nos referidos cargos, a menos que renunciem ou se suspendam os próprios mandatos de eleitos locais”. Citámos. Ora, assim sendo, temos para nós que a mesma interpretação não foi tida em conta aquando da renúncia ao cargo de um secretário da mesa, que renunciou àquela posição de eleito na mesa, e que após essa renúncia voltou a ocupar o seu lugar como membro da AMN, não suspendendo nem renunciando ao seu mandato. Situação, aliás, com a qual concordamos, pois entendemos que o mandato autárquico por eleição direta se sobrepõe à eleição para membro da mesa da AMN. Se nada tínhamos quanto ao acontecimento anterior, que levou à substituição por eleição de um novo secretário, que nos parecia ajustado, passamos a ter agora com este parecer e com a interpretação ali colocada, quanto aos eleitos para as mesas das Assembleias, ou, podemos subentender, para outros cargos, eventualmente até comissões, que se devem manter nesses cargos para que são eleitos até final do mandato, ou então, saindo dali, renunciar ou suspender o seu mandato autárquico. Não concordando com tal interpretação, julgamos acertada esta nossa interpretação, saída da análise ao parecer emitido e que faz parte dos documentos desta sessão. Assim sendo, e para deixar sem margem para dúvidas os membros desta força política e deste órgão, e mais, para poder repor-se a legalidade, caso ela se ache eventualmente ferida por deliberações anteriores tomadas por membro que eventualmente não devesse continuar eleito após saída de membro da Mesa, propõe o Grupo Municipal da CDU e os restantes eleitos que aprovarem esta proposta, o seguinte: 1º. – Que relativamente ao exposto, se peça um novo parecer a uma entidade externa, por exemplo CCCR, com o sentido de se verificar se, efetivamente, após a renúncia de algum dos elementos que compõem a mesa da AM, a mesma deve ser destituída e ser eleita uma nova lista para a composição da Mesa; 2º. - Saber se a composição da Mesa da AMN que resultou da eleição apenas de um novo secretário, em substituição do que renunciou definitivamente àquele cargo, pode ser considerada legalmente instalada à luz do parecer agora conhecido, mesmo tendo sido votado por toda a Assembleia o elemento em falta, ainda que num pressuposto totalmente diferente daquele defendido agora; 3º. – Saber se todos os eleitos que tomaram parte nas discussões e deliberações nas sessões da AMN seguintes à eleição apenas de um novo

secretário, estavam em condições legais para o poderem fazer; 4º. – Que desse parecer obtido seja dado conhecimento ao presidente da Mesa da AMN e restantes eleitos locais neste órgão deliberativo. Se aprovada, deve ser dado o devido tratamento e seguimento para obtenção das respostas ao aqui proposto. Nazaré, 12 de dezembro de 2023 Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

Aprovada por unanimidade. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, do PS, que propôs um “Voto de Louvor ao José Ramalhal. -----

“Voto de Louvor Exmo. Senhor Presidente,

Como é do conhecimento público, José António Ramalhal Lopes deixou de exercer funções como Presidente e Deputado da Assembleia Municipal da Nazaré por motivos de saúde. Reconhecemos hoje aqui a forma notável como dirigiu os trabalhos deste órgão desde a sua eleição a 29 de setembro de 2013, 1 de outubro de 2017 e 26 de setembro de 2021 encabeçando a lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal da Nazaré. Nasceu e cresceu em Lisboa, onde foi militar, militante, funcionário público, entre tantas outras atividades que foram preenchendo a sua vida na capital do nosso país. Mas as suas funções na Direção Geral de Portos levaram a um contacto permanente com o projeto que viria a mudar a sua vida, o Porto da Nazaré. A vida encarregou-se de o trazer para esta nossa vila em 1984, onde rapidamente se apaixonou pela tradição, cultura e suas gentes. Com um gosto particular pela comunicação e cultura, foi também na Rádio Nazaré, Biblioteca da Nazaré e Fundação Mário Botas que deu contributos incansáveis ao desenvolvimento. Pautou sempre a sua gestão nesta Assembleia pela capacidade de isenção, cordialidade e competência. Um Presidente com a capacidade de ouvir e de procurar consensos entre os diversos agentes políticos, tendo marcado a sua presidência pelo estilo e forma com que a exerceu. A sua trajetória é marcada por uma dedicação incansável ao bem comum, evidenciando uma profunda compreensão dos desafios que enfrenta a sociedade. Além disso, a sua capacidade única de analisar situações complexas e promover reflexões ponderadas demonstra uma maturidade intelectual notável. Ao se retirar da vida política, fá-lo de maneira elegante e respeitosa, consolidando o seu legado como um exemplo de integridade e sabedoria. Assim, convido todos os partidos políticos representados nesta Assembleia a associarem-se a este voto de louvor, reconhecendo o legado e a contribuição valiosa de José Ramalhal para o desenvolvimento e fortalecimento das instituições democráticas no nosso município. À medida que embarca nesta nova etapa da sua vida, expressamos os nossos mais sinceros votos de saúde e felicidades. Assembleia Municipal da Nazaré, 12 de dezembro de 2023”.

– Aprovado por maioria, com 4 abstenções e 20 votos a favor: -----

Apresentação de Declaração Política (PS) – Deputado Pedro Marques:

“Exmo. Senhor Presidente,

Reunimos hoje em sessão ordinária da Assembleia Municipal em circunstâncias nacionais e internacionais muito particulares e em grande parte preocupantes. As guerras na Europa e no Médio Oriente intensificam-se e dividem opiniões. É importante não esquecer que a Guerra na Ucrânia continua e atravessa por esta altura o seu pior momento desde a invasão da Rússia. Defendemos o cumprimento do direito internacional, especialmente no que diz respeito à integridade territorial, pelo que o apoio à Ucrânia deve permanecer firme e inabalável. Por outro lado, o mais recente conflito no Médio Oriente tomou em poucos mais de 2 meses proporções inimagináveis. Se é importante repudiar quaisquer movimentos terroristas que visem atingir os seus objetivos através da violência física, psicológica e instauração do pânico junto da população, não podemos deixar de censurar todo e qualquer ataque indiscriminado que ponha em causa a vida de civis inocentes ou instituições com funções sociais. Já no plano nacional, atravessamos um momento ímpar no nosso quase meio século de democracia. Pela primeira vez se verifica a interrupção de um ciclo governativo de maioria absoluta pelos motivos conhecidos por todos os portugueses. É fundamental recuar ao início da solução governativa liderada pelo Partido Socialista para analisar os factos que permitem que hoje estejamos numa situação melhor do que, paralelamente ao que também aqui aconteceu na Nazaré, aquela em que o Partido Social Democrata nos deixou: Desde logo no crescimento da economia, a redução da taxa de desemprego o aumento do salário mínimo e a consequente subida dos salários médios, bem como a importante redução da dívida pública para um valor histórico previsto para 2024 inferior a 100% do PIB. Tudo isto, acompanhado por um investimento continuado no estado social, nomeadamente na saúde, educação, pensões e cultura. São alguns dos exemplos daquilo a que não classificamos como “Milagre Económico”, mas sim como políticas públicas responsáveis a pensar nas pessoas sem descurar a economia. É por todo este legado, que agradecemos em especial à figura do Sr. Primeiro Ministro António Costa pelo serviço público que prestou ao país nestes últimos 8 anos de governação. Assembleia Municipal da Nazaré, 12 de dezembro de 2023”. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Carolina Silva, -----

“Boa noite a todas e a todos. No passado dia 25 de novembro, celebrou-se o dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres. Desde 1919 declarado pela organização das Nações Unidas, um dia com o objetivo de eliminar a violência de género e materializar a igualdade. O crime de violência doméstica é o crime mais praticado em Portugal, havendo desde o início do ano, dezenas de milhares de queixas e denúncias. Falar números exatos. Desde janeiro, foram assassinadas 25 mulheres, um número crescente e assustador dessas 25 mulheres, 15 delas foram assassinadas num contexto de intimidade, herança de uma sociedade machista e patriarcal dessas 15 11 delas tinham, alertava as autoridades para o crime de violência doméstica de que estavam a ser vítimas na forma tentada. Foram registados, foram registadas 38 tentativas de homicídio em Portugal, mais de 1 milhão e meio de mulheres foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual. Saudamos as iniciativas do município na figura do executivo da sobre a da celebração deste dia que, através da sensibilização, não

deixou esquecido, citando ao de óbvio, agora uma escritora, a afro-americana, feminista, ativista dos direitos civis e homossexuais. Eu não serei livre enquanto houver mulheres que não são mesmo que as suas algemas sejam diferentes das minhas que se renova. Luta que ainda está inacabada. À parte disto, questionamos o ponto de situação acerca do funicular da Pederneira e quais são os próximos passos? Obrigada, Boa noite a todos”.

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, com uma intervenção inicial:

“Boa noite a todos, deixo o nosso bem haja á nova mesa da Assembleia, desejando a todos uma boa noite de trabalhos para os que cá estão, e quem nos assiste em casa através dos meios digitais esperamos que, de hoje em diante, esta Assembleia possa ter uma nova dinâmica, continuando a realizar mais afincadamente o seu trabalho que é da fiscalização do trabalho da Câmara Municipal, atendendo que, até à data não o temos conseguido fazer, em grande parte, por falta de envio dos dados solicitados pela nossa bancada - sessão, após sessão, - por isso o meu desejo para o próximo ano é que este procedimento se altere com maior intervenção da Mesa da Assembleia para que haja mais eficácia neste campo. -----

Gostaria também, desde já, deixar a todos em nome do grupo do PSD, os Votos de umas Boas Festas e um ótimo Ano Novo de 2024! Que este novo ano que se aproxima seja, para todos, sem exceção, um ano de renovação e de esperança, principalmente pela Paz Mundial. Para Todos vós desejamos que seja um ano pleno de coisas boas e de muita saúde para vós e para as vossas famílias. -----

Começo a minha intervenção e uma vez que falamos sobre esta época Natalícia, não posso deixar de comentar, e lamentar pela falta de gosto, senão desleixo, demonstrado por este executivo na escolha das luzes/ enfeites Natalícios, quase que poderei dizer que parecem opções de 2.ª escolha, singelas luzes de Natal que só a 12 dias dessa noite mágica para as nossas crianças – é que apareceram são para deceção de todos os munícipes! -----

Na minha opinião não colhe a justificação de V.ª Exas., dizendo que não somos um concelho vocacionado para os festejos de Natal, a Nazaré, tem vocação para tudo e os munícipes da Nazaré, merecem o Melhor ... o caracter maioritariamente católico do nosso povo está logo e por si só já ligado ao Natal, logo pelo nosso nome Nazaré, não podemos por um lado defender e propor candidaturas ao culto de N.ª Sra. da Nazaré, e depois dizer que não estamos vocacionados para o Natal e para este tipo de festas! -----

E só 10 anos após estarem no poder é que chegaram a esta conclusão? -----

Se têm outras prioridades, têm de assumi-las, aliás se optam por organizar jantares luxuosos com os vossos funcionários do grupo municipal se calhar, é porque estes ligam ao Natal...consideramos também, que, já que todos os restantes munícipes do concelho que pagam os seus impostos, aliás impostos elevadíssimos, deveriam ter a possibilidade de poder ter uma terra devidamente engalada e bonita, ter um concelho bem cuidado, limpo e com condições de poderem cá viver e trabalhar ...e também terem oportunidades de viverem momentos de lazer com os seus filhos, e sendo o Natal uma época especial

para todos, consideramos que o executivo deveria ter mais atenção a nesta época investir no Natal em todas as PESSOAS ao invés de investir em apenas em alguns! -----

Em relação aos festejos da passagem de Ano, vai haver feirantes a vender na marginal?

Pensam lançar ainda algum concurso publico, ou será como o ano passado...virá à posteriori a esta Assembleia, para ninguém saber de nada e não concorrerem ou só concorrerem os mesmos...alguns dos quais funcionários desta câmara e familiares de membros deste executivo, e com responsabilidades sobre o mesmo, faremos a fiscalização após o ato? -----

Qual será a eficácia do mesmo? -----

Quais os valores que gastaram com os festejos de ano novo na globalidade este ano?

Com o inicio da época das ondas gigantes e com a vinda de turistas à nossa vila, questionamos o executivo, na pessoa do Sr. Presidente, que plano ou planos de trânsito existem para a zona de acesso ao Sitio? -----

Não se compreende este planeamento ao nível de transito e consideremos inconcebível que após 10 anos no poder e com os meios existentes nos dia de hoje, onde se pode anteceder a vinda de ondas grandes, que não exista ou não seja implementado nestes dias um plano para que, pelo menos, as pessoas que aqui vivem e precisam de levar os seus filhos á creche, que vão trabalhar, ou até que precisem de auxilio médico (ambulância) se possam ver a braços com filas e filas de carros...com as consequências de danos ao nível psicológico e desgaste dos veículos e até quem sabe da própria integridade das pessoas! -----

As estradas do concelho Nazaré continuam maioritariamente cheias de remendos e buracos, sendo que a estrada 242 que recentemente voltou a abater, após ter sido intervencionada à um pouco mais de um par de meses, o que a manteve fechada durante algumas semanas, desviando o transito para outras vias ainda em pior estado, em que até crateras encontrávamos pelo caminho! Isto para quem não esteja a visualizar ficava na rua que dá acesso ao ginásio e bairro social. -----

O estacionamento continua num caos e sem que haja a preocupação de até hoje arranjar alternativas, senão como está o projecto que V.^a Exas. apresentavam em campanhas eleitoral de requalificação da Avenida da Independência e criação de mais estacionamento? -----

Da realização de um silo de estacionamento, não foi para tal que se comprou o terreno onde se realiza a feira, e da requalificação do Mercado Municipal que está uma verdadeira miséria! -----

Gostaríamos de saber, também, quais as diligências já efetuadas para a transferência das oficinas no Valado se têm um responsável avençado para as oficinas, gostaria que nos fosse enviado um relatório sobre quais as atividades e funções do mesmo neste último ano? -----

Relativamente ao campo de Paddle qual é o ponto da situação? -----

Chegados ao final do ano e em modo de reflexão chego a pensar o que é que a Nazaré evolui nos últimos 10 anos, que não tenha sido reflexo que uma onda surfada por Garrett Mcnamara e que abriu todos os jornais mundiais dando ainda mais nome à nossa linda Nazaré? -----

Fez-se um centro escolar em Famalicão, que para se poupar 300 mil euros, salvo erro, retirou-se do projecto uma piscina numa freguesia que é a única sem este equipamento!

*Fizeram um parque infantil no Valado dos Frades – **mas em ponto pequenino!** -----*

Temos um centro de saúde novo, no entanto, cada vez há menos médicos! -----

Retocou-se algumas praças e ruas...estreitou-se as principais artérias da Vila, fizeram-se grandes festas e muitas viagens e muitos gastos em Futebóis de Praia e Andebol...Investimento dizem vocês, mas onde está o reflexo desse investimento, nas luzes de Natal não será! -----

A Escola secundária está em péssimo estado, as ruas estão em péssimo estado, o centro da vila está abandonado e sujo, a zona industrial não conseguiu até hoje captar mais do que meia dúzia de empresas, e até aí conseguiram o feito de inviabilizar o seu início com a questão de ligação à luz e que mais dia, menos dia, custara-nos muito caro, aliás tem sido visível a estagnação ao nível da captação da indústria para o nosso concelho e para as nossas freguesias de Famalicão e Valado dos Frades. -----

Somos um concelho que se quer de elite e que nem um Hotel de 5 estrelas tem, como é que pretendemos captar turismo de qualidade se não temos recursos? -----

A nova gare da rodoviária tarda em aparecer e os nossos turistas continuam aqui a chegar ou a partir ao frio e à chuva! -----

O nosso cemitério está com a capacidade lotada e uma vez que a alternativa que existia, deixou de existir, sem olhar como outrora para a hipermobilização dos solos, até se “despejam” os mortos das suas campas, para se aguentar mais uns anos ou meses sem dar à população uma solução concreta! -----

O dinheiro, a promessa e/ou um trabalho no grupo municipal parece que tem sido a solução para manter o silêncio das pessoas, e os que não se calam são despedidos como foi o recente caso de uma professora das AEC'S, que muito embora fosse funcionária da empresa Mentis Brilhantes (que presta serviços para este município), foi penalizada por ter vindo corajosamente a reuniões de Câmara denunciar e defender os seus interesses, os dos alunos e em nome de todos os seus colegas. -----

Espero, sinceramente que em 2024 hajam novos ventos de mudança...A Nazaré tem tudo, beleza natural, pessoas maravilhosas, bom peixe e bons vegetais, uma cultura e um saber viver maravilhoso...temos de saber preservá-la e valorizá-la para bem de todos os que cá vivem e nos visitam! A Nazaré merece um Futuro Melhor! Boas Festas a todos”. ----

- Moção (CDU) “Caos no Hospital de Leiria – SNS em risco: exigimos soluções –

“Caos no Hospital de Leiria - SNS em Risco: Exigimos Soluções Nos últimos anos temos vindo a assistir ao desmantelamento galopante do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Ao

longo dos anos os profissionais de saúde têm vindo a alertar para o desinvestimento nos recursos humanos, na formação dos profissionais, nas estruturas e equipamentos do SNS. Este desinvestimento tem progressivamente empurrado os cuidados de saúde dos utentes para os prestadores de serviços privados, tanto através da realização de exames como de consultas, por ausência de resposta atempada às necessidades da população. Da mesma forma tem empurrado os profissionais de todas as valências da saúde para o trabalho concomitante ou exclusivo para os privados, ou mesmo para fora do país, procurando condições laborais justas. Mais recentemente, desde setembro deste ano, os médicos do SNS uniram-se para denunciar esta situação insustentável, em que a falta de investimento no SNS exige aos que nele trabalham uma sobrecarga em horas extraordinárias sem fim à vista. Apesar de toda a resistência que todos estes profissionais apresentam, ninguém poderá ser resistente sem ter esperança que o esforço é finito, tal como ninguém pode exigir que estes profissionais trabalhem até à exaustão em Portugal, com repercussões graves para a sua saúde mental e para as suas famílias. Os médicos denunciam a falta de condições para cuidar dos utentes, não sendo prestados os cuidados necessários de forma atempada, com os recursos necessários, e com a qualidade exigida. A exaustão aumenta o risco de erro, neste caso médico, com graves repercussões para a saúde dos portugueses. Para além destas questões, quem forma especialistas médicos é o SNS, e a debandada destes profissionais impede que novas gerações de médicos sejam formadas na quantidade e na qualidade desejada para Portugal. Como queremos que seja a saúde em Portugal daqui por 5 ou 10 anos? As decisões que tomamos hoje definem a nossa saúde no futuro. Temos que recordar aqueles que defendem a privatização destes serviços, que os grupos privados não têm a capacidade para responder às situações emergentes a nível nacional e recorrentemente encaminham os casos de patologia grave para o local onde pode ser tratada: o SNS. Temos os exemplos de países onde a rede privada está bem construída, mas que nem por isso os utentes obtêm respostas adequadas, dado o limite do plafond dos seguros de saúde. É esta a saúde que queremos para os nossos pais e para os nossos filhos? Que cuidados de saúde queremos para nós próprios? Relativamente ao nosso concelho, aquilo que tem vindo a ocorrer desde o início de outubro no Centro Hospitalar de Leiria, é o fecho sistemático dos Serviços de Urgência de Pediatria e de Ginecologia/Obstetrícia durante os fins-de-semana, como publicitado pelo próprio hospital. De forma menos publicitada, mas com igual frequência e gravíssimas repercussões tem estado sempre fechado aos fins-de-semana o Serviço de Urgência de Cirurgia. Frequentemente não existem médicos para manter aberta a urgência de Cardiologia, chegando a estar fechadas a Unidade de Cuidados Intensivos de Cardiologia e a Via Verde Coronária. Isto significa que a população do concelho da Nazaré está desprotegida face a situações emergentes como são exemplos politraumatismo por acidente ou enfarte agudo do miocárdio em determinados dias da semana. Desta forma, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário a 12 de dezembro de 2023, delibera: 1. Que se exija ao Ministério da Saúde a resolução urgente da situação inadmissível a que chegaram os Serviços de Urgência do Hospital de Leiria; 2. Que se exija ao governo que tome as medidas necessárias no sentido de garantir as condições para que todos os profissionais de saúde se mantenham no SNS e que permita recrutar novos e tão necessários trabalhadores. Apesar de sabermos que o governo demissionário se encontra em gestão, os problemas graves de saúde não esperam pelas eleições. É urgente resolver o problema da saúde dos portugueses. Se aprovada, esta moção deverá ser enviada ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao

Ministério da Saúde, ao Presidente e aos partidos representados na Assembleia da República; aos órgãos de Comunicação Social locais e regionais e que seja publicada no sítio internet da Câmara Municipal da Nazaré. Nazaré, 12 de dezembro de 2023 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -----

Aprovada por unanimidade. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Helena Vaz, que disse que, relativamente à escola básica do segundo e terceiro ciclo da Amadeu Gaudêncio, o PSD, desejava saber, qual o ponto da situação em relação às obras de ampliação dessa escola? Que, estando classificada a intervenção como urgente, pretendem saber para quando estará prevista a intervenção, e se será uma requalificação geral ou só a ampliação das oito salas? ---

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que quis, mais uma vez solicitar o contrato da frente do mar, já solicitado na última Assembleia Municipal, ao lado da "ginja e das bolas de Berlim", que ainda não foi enviado. Que, há um ano atrás solicitou também o contrato do Centro do Alto Rendimento, e que também, ainda não foi enviado.

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram solicitadas: -----

- Começou por endereçar a todos votos de um santo e feliz Natal e de um Bom Ano de 2024. Um excelente de resto de mandato para a Mesa que acabou por ser eleita e que não podia deixar de se associar às palavras, que foram ditas, sobre a pessoa do Presidente José Ramalhal Lopes, deixando-lhe um abraço de reconhecimento pelo trabalho de grande capacidade de coordenação e de dinamização da Assembleia e naturalmente deixar votos de que a sua saúde, sempre o acompanhe. -----

- Relativamente à marginal, disse que, não irá haver, este ano, concursos. Que, sobre os valores gastos na passagem de ano, que quando forem gastos, enviarão depois do fim-de-ano. -----

- Quis dar um esclarecimento, que os dois últimos fins-de-semana, em particularmente o último, do ponto de vista das ondas gigantes, se teve muita gente no território, e que foi aplicado, o plano que existe há vários anos, e que nomeadamente encaminha aquilo que são, os veículos dos visitantes para a parte baixa do sítio, nomeadamente para o Parque Atlântico, e que esteve no terreno, não vendo que houvesse alguma confusão. -----

- Sobre o relatório, das diligências do avençado, disse que, não sabendo se ele existe, será enviado, se existir! -----

- Que, as oficinas do Valado já se encontram a ser ocupadas, há largos meses; que a mudança já foi feita há largos meses e utilizadas pelos serviços. -----

- Que sobre o acampado, que estão pendentes daquilo que foi uma concretização de uma decisão unanime do executivo, na sua totalidade, dos sete elementos – que foi pedido parecer a uma entidade externa, no caso à Sérvulo & Associados, Lda. E que houve contactos entre a Dra. Helena Pola e essa empresa, e que estará para acontecer uma reunião a breve prazo, e que estará para vir para a Câmara o parecer e a avaliação. ---

- Que, estranha a referencia ao Centro Escolar de Famalicão, porque todos sabem que aquilo foi não feito pelo PSD, relativamente ao a esse Centro Escolar. Lembrou, que os cerca de 240 ou 280.000 euros de obra que foi feita, deixando tanta coisa por fazer e

criando outros impactos que não irá se referir a eles, porque poderia incorrer nalgum entendimento menos correto, mas o que sabem hoje, que quem fez o Centro Escolar de Famalicão, foi um executivo PS – foi quem o pagou, e os 240 ou 280 mil euros, que estão em causa, e que estavam feitos, também foi um executivo do PS que o pagou, porque o PSD, deixou de o pagar. Informou, que não tem de memória de que o Centro Escolar de Famalicão ter no seu projeto uma piscina. Que, sabe, que uma pessoa importante do PSD, e que julga que até com funções na Câmara, o Dr. Júlio Faustino, tinha intenção de lá colocar uma piscina. -----

- Sobre, a zona industrial da ALE, lembrou que em novembro de 2012, foi escondido um chumbo de uma candidatura por parte da CCDRLVT, para a construção daquele parque e que pouco ou nada tinha construído. Que, foi também o PS que o construiu, estando integralmente vendido. Que, o potencial de novos empregos, gerados naquele parque, será extremamente relevante em que mais uma vez foi o PS que construiu esse parque.

- Sobre as “cinco estrelas” disse que, têm lotado muito por eles, e que têm feito muitos contactos, mas que não são gestores de hotéis de 5 estrelas. -----

- Quis dizer também, porque foi questionado pelo PS, que numa obra, relativa ao funicular da Pederneira, este tem, nos próximos tempos, o seu projeto será revisto, e que contam no dia 8 de janeiro, a primeira reunião ordinária do executivo no ano de 2024, levar o lançamento da empreitada e levar o lançamento do concurso para a fiscalização de obra, dada a dimensão da obra, sendo uma obra prioritária. Que, têm o acordo feito com o IGFEST – Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça e que contam também a 8 de janeiro, levar o lançamento do concurso à reunião de Câmara, para aprovação, assim como o concurso ou concursos para aprovação dos Bairros Digitais, no que diz respeito ao lançamento do material necessário. -----

- Sobre, as obras de ampliação, disse que, o que se encontra em causa, será a construção de oito salas, e que dizer que se tem feito muita requalificação, desde que o edifício passou para a Câmara. Que, finalmente têm uma empresa a responder ao rap lançado pelo executivo – mais concretamente pelos serviços técnicos da DOMA, e que estará a ser feito a reparação daquela zona de vidro. Que, são oito salas, que irão ser construídas, mais a requalificação energética. Que, no âmbito do que será a sinalização por parte do Ministério da Educação, na pessoa da DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, da prioridade para essa Escola – foi atribuída a “prioridade 2”. Que, já questionou quem de direito no PRR, tendo tido várias reuniões, por causa da questão do funicular. Que, também já questionou a DGEstE, nesse sentido, e as entidades gestoras dos Fundos Comunitários. Que, o facto de se ter a prioridade 2 e não 1, não os invalida de se candidatarem, até porque se tem uma vantagem, em relação a muitos Municípios, porque se tem o projeto finalizado e assim que seja aberta a linha de candidatura no âmbito do PRR, será feita a candidatura, imediatamente, sendo aprovado o lançamento do concurso e tudo o que será habitual numa obra dessa dimensão e de outras. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para solicitar um esclarecimento – em relação às oficinas do Valado dos Frades, quando se falou na compra das mesmas, seria para uma transferência, sendo o que entendeu, ou um complemento. Que a ideia, que ficou, é que não seria! Que, em relação ao trânsito, disse que, o Senhor Presidente, deve ter sido a única pessoa que não sentiu constrangimentos, porque existem variadíssimos vídeos na internet, estando ela própria, três horas e meia no Parque de Estacionamento dos Nazarenos, à espera de poder sair de lá! Que a própria

polícia se encontrava lá, a condicionar o trânsito para o Sítio, não se vendo placas, nem informação, nem encaminhamento das pessoas para qualquer outro sítio. -----
- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, para responder à Senhora Deputada Tânia Gandaio - que fez a referência ao fim-de-semana do temporal, em que não havia Surf e que apareceu muita gente. Que, não estavam à espera que aparecessem pessoas num fim-de-semana de temporal, e que aí sim, tiveram dificuldades. Mas que também referiu, que no fim-de-semana anterior, estando no terreno, não viu constrangimentos e que até viu encaminhamento na zona central do Sítio e a aplicação para a parte baixa e a aplicação para o Plano de trânsito. Sobre as oficinas, disse que, será uma verdade o que na altura, quem se ocupou do processo, e que justificou a compra, foi-lhe dada a indicação de que as oficinas caberiam todas no Valado. Que, tudo aquilo que são as atuais oficinas mais a zona da Grula, de que tudo lá caberia. O que lhe foi expresso depois, foi que não cabia lá tudo, e que havia de se continuar a ocupar uma parte das oficinas da Nazaré, com aquilo que serão os serviços camarários. Que, na certeza, porém, o que será mais relevante, será que a compra do edifício levou à sua realização plena tendo todo o seu potencial já ocupado, mas que tem largamente, parte daquilo que seria possível lá fazer, estará a ser feito! -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Solicitou intervenção:**

1 – **Senhor António Luís Ribeiro de Lemos** com o assunto: “Bem-estar Animal e Dragagem do Porto da Nazaré”; -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Antes de mais quero agradecer à Câmara Municipal da Nazaré em nome de todos os voluntários dos Guardiões do Mar Alcobça e Nazaré, pela disponibilidade e rápida recolha do lixo devolvido pelo mar que recolhemos nas praias e dos animais arrojados, golfinhos e outros. Os nossos agradecimentos aos serviços da camara e aos funcionários que se deslocam aos locais que indicamos. O nosso muito obrigado. -----

Dragagem do Porto da Nazaré -----

Sem pôr em causa a necessidade de dragagem do Porto da Nazaré, estas da responsabilidade da DGRM, dentro do espaço administrado pela Docapesca, iniciaram-se as dragagens em julho de 2023, a primeira fase e está a continuar agora em segunda fase. -----

Sabemos que a responsabilidade das dragagens não são da CM Nazaré, mas a localização das muitas descargas dessas dragagens em meio marítimo, ou seja, no mar da Nazaré, configura uma situação que deve preocupar todos os nazarenos, a comunidade piscatória e todos os que frequentam as praias da nazaré. -----

É aqui que as perguntas que temos para fazer têm de ser dirigidas à Assembleia Municipal da Nazaré e em consequência ao Executivo da CM Nazaré. -----

As perguntas para as quais solicitamos respostas são baseadas nas preocupações que nos foram comunicadas por pescadores e outros marítimos que utilizam o Porto da

Nazaré e a partir dele saem todos os dias para o mar para colher o sustento das suas famílias. -----

1.º gostaríamos de saber se o executivo da CM Nazaré tem conhecimento do tipo de materiais que foram e estão a ser retirados por dragagem do fundo do porto, sedimentos, areias, resíduos sólidos ou outros e se é efetuado algum tipo de triagem, antes de serem despejados algures no mar da Nazaré? -----

2.º gostaríamos de saber se o executivo da CM Nazaré tem conhecimento de terem sido efetuadas análises de forma a despistar a possível contaminação de sedimento e areias, por carbono, metais pesados, compostos orgânicos ou outros que possam vir a contaminar o mar e as praias da Nazaré? -----

3.º gostaríamos de saber se o executivo da CM Nazaré tem conhecimento do local, e a que distância, a partir de terra, é despejado o que é recolhido por dragagem dentro do Porto da Nazaré. -----

De referir ainda que das informações recolhidas, entre os utilizadores do Porto da Nazaré, consta a possibilidade de as descargas terem sido efetuadas junto dos recifes artificiais colocados pelo executivo camarário da Nazaré, entre 2010 e 2012, com custos que rondaram os dois milhões de euros. Solicitamos os devidos esclarecimentos o que muito agradecemos. -----

Gostaria ainda de solicitar a intervenção do executivo da CM Nazaré para a resolução do grave problema de proteção da vida e bem-estar animal que se está a desenvolver no porto da Nazaré, devido à proliferação de gatos não esterilizados, o que provoca um aumento anual de animais, expostos a intempéries, sem vacinas, sem desparasitação, doentes e mal alimentados. -----

Entendemos que sendo a CM Nazaré responsável pela saúde e bem-estar animal pode recorrer ao método CED, Capturar - Esterilizar — Devolver, acrescento e tratar, tendo em conta que o canil e gatil municipal se encontra lotado. Muito agradecemos os devidos esclarecimentos. Muito Obrigado a todos. Guardiões do Mar Alcobça e Nazaré António de Lemos, Nazaré 12 de dezembro de 2023”. -----

2 – O Senhor Bruno Pereira, da ACISN com o assunto “Assuntos Gerais”. -----

“Exmo. Presidente Assembleia Municipal,

Desejar a mesa da Assembleia Municipal um bom mandato,

Exmos. Deputados Municipais,

Exmo. Presidente do Município da Nazaré,

Exmos. Vereadores do Município,

No dia da apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2024, a ACISN vem recordar algumas decisões do Executivo da Nazaré que lesaram os empresários nossos associados durante este ano. -----

Obra da Rua Sub Vila que ainda decorrem com a falta de coordenação de obra onde registamos a falta de informação atempada, falta cumprimento de prazos trazendo transtornos logísticos e financeiros. -----

Concurso publico de Exploração do Apoio Complementar Praia - Falta de cumprimento do regulamento no que diz respeito as condições pagamento que levaria a novo concurso publico ou adjudicação ao concorrente seguinte que não aconteceu. -----

Qual justificação dos mesmos espaços do novo concurso publico futuro passar de 1500€ para 5000€. -----

Festas do Sitio - registar que a Comissão contratada pelo Executivo não convidou os empresários da Nazaré entregando a Exploração dos espaços a empresas de fora e posteriormente verificarmos um prejuízo de quase 100.000€ valor esse que eventualmente veio comprometer a Iluminação de Natal a nível de orçamento. -----

Iluminação de Natal - Demonstramos aqui desagrado dos nossos empresários inclusive dos seus funcionários que são contribuintes do concelho da Nazaré onde verificamos que o planeamento não foi realizado atempadamente de acordo com características locais de modo a termos Iluminação adequada para esta época. -----

Não basta colocarmos turistas no concelho da Nazaré, mas criarmos condições para recebê-los. -----

Estamos preocupados com a má gestão dos recursos públicos e continuaremos atentos a gestão do Município, estando disponível para colaborarmos, mas não atirem maresia para os olhos dos empresários da Nazaré. -----

ACISN agradece apoio demonstrado pelas Juntas de Freguesia do Valado dos Frades, Famalicão e particularmente da Nazaré por mais um ano criar iniciativa de apoio ao comercio local no valor de 10.000€ será lançada no dia 15 dezembro. -----

Desejamos um Bom Natal e Bom Ano Novo". -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões que lhe foram colocadas na intervenção do público – Que relativamente ao primeiro interveniente, disse que, não iria fazer comentários, e que em relação à segunda intervenção disse, que lhe parece uma intervenção política e que tereia de fazer comentários. -----

- Que, a responsabilidade da dragagem, a área de intervenção da dragagem, que o Município nada terá a ver com ela. Que, a dragagem, será da responsabilidade da DGRM e que a área em causa será da responsabilidade, se olharmos para aquilo que será a descarga, da DGRM, Docapesca e APA. Que, houve, por via informal contacto telefónico, quer dele, quer dos serviços do Gabinete de Pescas e Praia, quer inclusivamente por officio, com a ideia de envio também de officio, tendo chegado também os alertas por parte dos pescadores. -----

- Que, têm conhecimento dos materiais que estavam a ser retirados do fundo do porto, que têm conhecimento de que não é feita a triagem. Que, não têm conhecimento de que tenham sido realizadas análises, e que não têm conhecimento formal do local e da distância e da descarga, mas que viu algumas vezes, um barco no meio da baía, junto às

máquinas que operavam a dragagem, presumiu que estivessem em dragagem. Que, a preocupação que têm com essa matéria, levou-os aos tais contactos informais e oficiais junto das entidades e em particular da Doca Pesca. Que, não tem memória de que tenham chegado respostas por parte deles e que irão novamente insistir no assunto e perceber se existem respostas para dar, porque também o que lhes foi contado lhes provoca muita preocupação, levando à tal intervenção imediata, de contratos informais e posteriormente oficiais. -----

- Sobre a questão da proliferação de gatos, não esterilizados, que passaria a palavra ao Senhor Vereador Orlando, que tem a responsabilidade do Canil e Gatil, e que será está muito cheio. Que a culpa de estar muito cheio, não será só da Câmara Municipal visto esta ter aumentado a capacidade do mesmo, mas que não será esta que abandona os animais ou que não promove a sua não esterilização/castração. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, começou por dizer, que não tem dados específicos relativamente ao número de esterilizações feitos no porto, mas que pode dizer que desde o dia 3 de agosto até ao dia corrente, foram feitas 64 esterilizações de gatídeos, no Concelho da Nazaré. Que, tem a certeza de que foram feitas algumas nessa área, e que a questão será muito simples – que têm casos mais complexos e outros menos complexos, têm inclusive pessoas que promovem a proliferação de animais por opção, existem outros que abandonam, e naquela área em particular, o que se verifica, é que por muito se esterilizam os animais, naquela zona, aparecem sempre mais e que obviamente não promove a resolução do problema. Que, colocam lá alimentação nas casas que foram colocadas, mas que existem pessoas que colocam lá caixas de esferovite achando que será solução e promovem o abandono de animais, não só de gatos com o de cães. Que, já não fazem abates desde 2014, mas que as pessoas continuam a abandonar os animais, não havendo consequências. Existem várias situações que se encontram nos tribunais onde pessoas testemunham situações de maus tratos, de abandono de animais, e o que acontece, é pena suspensa, multa de 200€. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal**, que disse que a bancada da CDU, gostaria de pedir, as respostas que vão ter sobre as dragagens do Porto e também solicitar as respostas, por escrito, e pedir ao Senhor Vereador Orlando Rodrigues, a questão das esterilizações – como funciona o processo, como tem sido para além da zona do porto, como é que as outras colónias existentes no Concelho, como é que estão a ser tratadas e como é feita a escolha das colónias? -----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA

ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. (Apreciação)

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Sheila Aguiar**, que disse que, acerca do ponto 1 da Ordem do Dia, o BE tem uma pergunta sobre educação: se o acordo que a Autarquia fez com a Empresa Tempos Brilhantes, se está a ser cumprido na íntegra e se os direitos laborais dos professores das AEC's estão a ser garantidos. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, disse que gostaria de saber pormenores, na (página n.º 7) onde se fala de uma associação Red Herrings, que convidou a equipa de rugby e na sua intervenção inicial, também gostaria de saber, sobre

a questão do despedimento da Isamara e que apesar de não ser o local próprio, gostaria de dizer que ficou de algum modo incomodada, quando o senhor Presidente invocou as questões políticas para não responder às pessoas que vêm falar na intervenção do público, porque têm o direito de ser esclarecidas, deixando a sua indignação. Disse que, no ponto n.º 5 – cultura e património, relacionado com a Nazarena que foi inaugurada dia 8 de setembro, tendo surgido nas redes sociais esse assunto, onde se fala que quem a desenhou não consta da própria boneca, questionando se vão querer retificar essa situação. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, para prestar esclarecimentos: começou por dizer que, como não lhe foi feita nenhuma pergunta direta do público, não acha que deva comentar intervenções políticas. Que, a Red Herrings, é uma Associação portuguesa, que trabalha com um conjunto de surfistas portugueses (uma nova geração) e que tem gerado programa de apoio aos mesmos, e que convidou a equipa dos Lobos, que brilhantemente representou Portugal, no campeonato do Mundo de Rugby em França, a vir à Nazaré, e que os acompanhou numa visita ao Farol, explicando um pouco o que era feito no Farol. -----

- Que, sobre a questão da boneca Nazarena, disse que, houve declarações públicas da sua parte de agradecimento a quem a desenhou, uma funcionária da Câmara, que fez o trabalho, num horário de serviço para a Câmara Municipal que é a sua entidade empregadora e pagadora e que se chama Maria João, Arquiteta. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente Manuel Sequeira**, que começou por cumprimentar todos e dirigir um abraço ao ex-presidente José Ramalhal e que se sinta, aqui, representado. Relativamente às questões colocadas pela Senhora Deputada Sheila Aguiar, disse que, tinha consigo o documento que enviou às forças políticas na Câmara e que faz questão de enviar a todos. Que, o que aconteceu, foi que a Câmara tem vindo a promover as AEC's, enquanto entidade responsável, e que a partir deste ano, deixou de o poder fazer. Que, não conhece nenhum Município, que promovesse as AEC's, cedendo essa promoção a terceiros e que a Câmara o fazia e continuar a fazer, caso essa possibilidade, venha a acontecer. Como não foi possível, contrataram uma empresa que, se encontra no terreno, que trabalha em 61 Municípios tendo algum Know-How na matéria, nem será desconhecida. No relacionamento que tem com os funcionários só poderemos aconselhar, mas nunca impor! Que, o que aconteceu com a colega referida, não tiveram qualquer tipo de influência no quer será a dinâmica da própria empresa. Que, em reunião entre ambas, se chegou à conclusão que o facto de a mentora ter vindo para a Câmara colocar questões que não foram colocadas diretamente à empresa, criou para com a empresa uma falta de lealdade que a empresa achou que não tem condições de continuar a funcionar. Será um direito que lhe assiste. Que, esteve presente na reunião, com o estatuto de "observador" e do encontro saiu algo que o satisfaz, porque, apesar do corte em termos de administração da própria empresa, ter sido quebrado, existiu ali, o início de uma relação, que se prendia com a atividade que a mentora desenvolve, tendo a ver com o teatro, tendo ficado de apresentar um projeto de teatro e a empresa aceitaria trabalhar com ela, uma vez que existe na mentora muito talento. Que, no fundo foi o que aconteceu – que não se podem impor. Que, apresentaram uma bolsa de recrutamento e que a empresa usasse os técnicos que normalmente trabalham com a Câmara. Que, deram uma lista de 28 nomes e que os mesmos foram contratados e que pensa que não poderão fazer muito mais, porque não podem estar a imiscuir-se

naquilo que será o trabalho da Empresa. Que, do ponto de vista jurídico, havia ali, matéria para evoluir, mas que quiseram sair do processo, tendo o mesmo terminado sem grandes melindres para ninguém. Que, será sempre mau, quando alguém quebra uma relação laboral, onde foram criadas condições para que a empresa chegasse à conclusão que já não existia mais condições em relação a uma pessoa, que constantemente às reuniões de Câmara sem ter primeiro, colocado essas questões diretamente à Direção da Empresa. Que, a Empresa sentiu que havia ali uma falta de lealdade e que o melhor seria cortar a relação laboral. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que quis aproveitar para referir que na página 8, no segundo parágrafo, fala da questão dos titulares, do registo de alojamento local, que estavam obrigados até o dia 7 de outubro de 2023, a fazer a declaração a fazer a demonstração e que gostaria de saber qual o feedback dessa situação e se as pessoas vieram fazer? Houve algumas desistências? -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que começou por cumprimentar todos, desejar à Mesa votos de bom trabalho e que poderão contactar com a CDU. Que, sobre as informações que foram partilhadas, gostaria de perguntar de colocar três questões ao Senhor Presidente – sobre o conjunto de políticas públicas desenvolvidas para estimular o setor primário, o setor secundário, que gostaria de ver aqui um conjunto de políticas públicas que transformassem a economia do nosso Concelho no sentido de depender menos do Turismo. Que, queriam ver, naturalmente, políticas já muito concretas sobre a questão da habitação, que afeta todos, que expulsa famílias e gerações jovens. Que, gostavam de ver aqui políticas concretas para a resolução do problema dos empregos e sobretudo para a criação de empregos qualificados. Que, gostariam de ver no documento, um conjunto de políticas públicas que estimulasse que a ALE fosse realmente um exemplo e um farol, para a captação de empresas qualificadas e que criassem empregos qualificados, mas que não viram nada disso! Que, gostariam de ver, no documento um conjunto de políticas que apoiassem e que interligassem ainda mais as regiões periféricas – em que chamar regiões periféricas a um Concelho com 82 quilómetros quadrados, dá vontade de rir, mas que é o que são – Fanhais, Famalicão, Raposos, Macarca, Valado, Etc. que, as perguntas serão as seguintes: -----

1 – Ponto de situação da Bolsa Artística? Em que é que estamos? Terminou em setembro e que existem muitos artistas que chegaram e que não sabem o que será que estará em vigor e quais as informações. -----

2- Relativamente ao ponto de situação das Comemorações do 25 de abril, qual o ponto da situação? -----

3 – Relativamente ao ponto da situação da construção do monumento de homenagem aos construtores do Porto de Abrigo? -----

- Sobre a questão das AEC's disse que, a CDU, em Assembleia Municipal, votou “uma coisa” que aparentemente, não se estará a cumprir! -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Helena Vaz**, que começou por dizer, que o Senhor Bruno Pereira, não formalizou nenhuma pergunta, mas que expôs algumas situações: que seria oportuno esclarecer, talvez equívocos, ou fornecer alguma informação relevante, sobre os pontos que o Senhor Bruno Pereira abordou? -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para dizer sobre o feedback do AL – Alojamento Local, disse que a informação que têm, é que muita gente recorreu ao balcão da Câmara Municipal e que eventualmente terão feito alguns por via online, e que por causa dessa carga, no sistema, houve um prolongamento no período para amanhã, para regularizar essa situação. Que, não tem ainda dados sobre se mentem o número de alojamentos locais, mas que pode dar nota, sem ainda confirmação dos dados, sobre as propostas de uma pequena empresária sobre a carta Municipal de Habitação no quer diz respeito às questões do alojamento local e que se está a analisar para perceber da justeza e da razoabilidade de tais propostas da Senhora em causa. Que, segundo o Idealista, o principal Portal Imobiliário, a ofertas das casas para arrendamento na Nazaré, aumentou significativamente em comparação com o início do ano e o aumento da oferta quase oito vezes mais. Que, não o surpreende esses dados porque, na convicção que tem relativamente, não ao período que se vive, com as medidas que figuram em relação ao alojamento local, mas ao que será a análise sustentada de uma perceção sobre as questões do Alojamento Local. Que, a transição de algumas casas passará declaradamente para o mercado, de arrendamento anual. Que, acredita que, aquilo que será a oferta do alojamento local, tem sido preponderante para alojar todos aqueles que visitam a Nazaré, e que a própria carta Municipal da Habitação virá à Câmara Municipal para discussão em que um conjunto de entidades terá medidas nessa matéria e que ponderarão todos em conjunto. -----

- Que relativamente às questões que lhe são colocadas, disse que sempre dá as respostas e que muitas das afirmações que foram feitas tiveram em vários momentos, esclarecimentos por parte dos serviços. Que fique claro, prosseguiu, que a dada altura, quando lhe são colocadas questões, pede que sejam respondidas, passar uma mensagem clara que se deve dar respostas, às pessoas em causa, a quem solicitar e que devem ser dadas. -----

- Sobre a questão da obra da Sub-Vila, foram dadas muitas respostas, em contactos informais seus, e em contactos formais por parte da Chefe de Divisão, e que lhe foi dito que foram dadas essas respostas e que volta a dizer, que não lhe foram colocadas questões, porque por regra, dará a respostas. -----

- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente Manuel Sequeira, que sobre as questões que lhe foram colocadas disse: no que respeita à bolsa artística, as coisas estão encaminhadas e que falta nomear o júri, sendo constituído por cinco elementos e que no momento têm três elementos – ele, enquanto Vereador da Cultura, a Dra. Nicola Costa, Diretora do Museu e a Telma Ferreira, representante da Assembleia. Que faltam, mais duas pessoas e que isso será completo no início de janeiro, sendo o processo retomado. Que, a bolsa já consta em orçamento, sendo para avançar. -----

- Sobre a homenagem aos construtores do Porto de Abrigo, disse que, já deu indicação em reunião de Câmara que conseguiram reunir com a Docapesca e que a mesma gostou do projeto. Que, parte daquilo que tinham pensado, vai ter que ser subtraído porque vai colidir com outros projetos que a Docapesca tem, mas o que decidiram terá de merecer da aprovação da própria administração, porque apesar de terem gostado do projeto e terem dado a sua anuência, nota que ainda não tem nenhum documento da mesma para poder avançar. Que, irão de ter que proceder a um concurso de ideias para a obra que vai nascer na rotunda que será o início do projeto artístico que se prevê para aquela zona. Que, estão “em via aberta” com a Docapesca, mas que por vezes as coisas não

correm com a celeridade que desejariam. Que, têm de esperar que seja dado o aval escrito, e depois avançar. -----

- Sobre o 25 de abril, disse que, estão em sintonia com o Conselho Municipal de Cultura, que irá ter lugar a 17 do mês corrente, onde serão anunciadas as atividades por cada associação prevê promover e que irão juntá-las e estabelecer um calendário, um conjunto anual dessas atividades e que provavelmente só terá notícias a partir desse Conselho Municipal. Que, ficou decidido no Conselho Municipal anterior, as Associações pensarem naquilo que são os projetos que gostariam de levar a cabo, juntarmo-nos e fazermos um calendário conjunto. Que, já pediram, também, à Junta de Freguesia do Valado que lhes façam chegar aquilo que é a atividade que desenvolvem para que se possa incluir na programação geral. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que solicitou esclarecimentos: que se encontram duas situações, nas últimas duas folhas, da Informação Escrita, relativas a processos judiciais – uma relacionada com a MCA, S.A – Grupo Manuel Couto Alves, onde existem dois processos de indemnização em que se lê nas observações “... pedido de reposição do equilíbrio financeiro... e depois ... Centro da Saúde da Nazaré”, e que não percebe o porquê dessa observação. Que, existe outro processo, o 1132 David Esgaio, em que se fala em “...condenação a pagamento”. Que, gostaria de saber se foi a Câmara condenada? -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, para dizer, que terá a ver com o Centro Escolar de Famalicão, no âmbito daquilo que são os seus direitos pediu o equilíbrio financeiro, que se encontra em avaliação dos serviços e que a empresa se antecipou e colocou uma ação em Tribunal, que se encontra a decorrer. Que, sobre o David Esgaio não tem ao certo de que se trata, mas observa que é relacionado com os Serviços Municipalizados, que será uma indemnização. **O Senhor Presidente da Câmara, solicitou a intervenção da Dra. Helena Pola** que passou a esclarecer: que em relação à questão do equilíbrio financeiro dos contratos, disse que, será uma possibilidade do código dos contratos públicos e que terá a ver com o pedido que a empresa adjudicatária das duas obras, das duas empreitadas – a do Centro de Saúde e do Centro Escolar de Famalicão, efetuou em virtude desde o momento da adjudicação até ao momento da conclusão da obra, terem existido algumas vicissitudes, ligadas ao Covid, ao aumento dos preços dos materiais, que no entender da empresa, justificariam uma alteração do preço contratual – que a isso se chama reposição do equilíbrio financeiro, podendo ser para cima ou para baixo, com um valor a pagar ou com um valor a receber e que será o que se encontre em apreciação, judicialmente. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que gostaria de colocar três questões: em primeiro lugar, quando prevê concluir a Carta Municipal de Habitação, já estando à espera dela há muito tempo – que o tempo corre e que este tempo será urgente! Que, cada dia que passa, mais e mais famílias, são expulsas do concelho e não conseguem aqui viver! Que, são famílias que são separadas, pessoas que querem manter-se cá, mas que não conseguem. Que, será a triste realidade, e que será o grande insucesso das políticas do executivo, estando bem espelhado. -----

- Sobre uma proposta aprovada por unanimidade, quando falou de localidades periféricas, novamente num Conselho de 82Km2, sobre a rotunda de Fanhais – em que ponto se está? Que, foi aprovada por unanimidade, mas que não conhecem desenvolvimentos, e que gostariam de saber qual o ponto da situação? -----

- Sobre a questão do representante da ACISN, que esteve aqui presente, e sobre o qual o Senhor Presidente disse que ele tinha vindo fazer uma declaração política e que não tinha colocado questões, mas que ele, Samuel Fialho, membro da Assembleia, poderá fazer por ele! Qual o desvio orçamental da obra da Sub-Vila? Quanto será que isso vai custar? –

- Porque rejeitou o PS uma proposta da CDU, que previa, justamente, enfim, tentar equilibrar as contas dos comerciantes que naquela zona estarão a ser tão duramente afetados? Que, gostariam de saber – será por ser uma proposta da CDU? Que, se for esse o problema, não existirá, porque se muda o nome da proposta e colca PS? Que, essa proposta, inclusivamente, previa, com dados muito concretos, era referir-se aos pagamentos da água, e de outros impostos que serão cobrados a esses comerciantes, referentes ao ano de 2022 e ressarci-los este ano. Que, seria isto o que se previa, para além de um conjunto de atividades culturais e lúdicas, que pudessem dinamizar o comércio tão afetado naquela zona. Porque foi recusada essa proposta? -----

- O Senhor Presidente da Câmara, interveio para dar uma resposta à bancada do PSD – que existe 1511 registos de AL – Alojamento Local, já “renovados”, no processo. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ PARA O ANO DE 2024 E RESPETIVOS ANEXOS – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA O ANO DE 2024 E RESPETIVOS ANEXOS. -----

(Apreciação e votação). -----

- Intervenção do BE – Senhora Deputada Sheila Aguiar – Ponto 2

“Vivemos um período difícil, de grandes dificuldades económicas e sociais. -----

Neste contexto, o concelho da Nazaré não é uma exceção e o seu Orçamento Municipal deve ter como prioridade a garantia da dignidade de vida da sua população. -----

É fundamental responder à crise económica e social que enfrentamos e corresponder de forma efetiva e eficaz às dificuldades concretas da população. -----

A política local deve estar na linha da frente dessa ação social. -----

Propostas do Bloco de Esquerda:

1. Responder à falta de habitação digna, com rendas acessíveis. Atualizar a Estratégia Local de Habitação -----

Que sejam alargados os objetivos, atualizado o cronograma temporal de execução da ELH e tomadas todas as medidas necessárias para garantir a concretização da resposta habitacional necessária à população do concelho da Nazaré. -----

Verba dedicada à reabilitação do parque de habitação social no Concelho. -----

2. Transportes públicos gratuitos para jovens, maiores de 65 anos, desempregados/as e pessoas com deficiência. Para ser aplicado em 2024. -----

A única forma de garantir o direito à mobilidade é alargar a gratuitidade dos transportes públicos. Resposta social e ambiental que deve ter como objetivo a gratuitidade a todas as pessoas residentes no nosso concelho. -----

3. Verba dedicada à construção de parques infantis inclusivos para ser aplicado em 2024. -----

Fazer cumprir um dos direitos fundamentais das crianças. O direito a brincar. Às crianças com deficiência que seja também assegurada a plena utilização de espaços de lazer e convívio. -----

4. Por uma escola inclusiva, moderna e democrática: aumentar a verba direcionada ao apoio escolar. -----

Reforçar a ação social escolar e de materiais pedagógicos adaptados e diferenciados para alunos e alunas com necessidades educativas especiais no concelho. -----

Reforçar as respostas de educação inclusiva nas escolas do concelho, com contratação direta de terapeutas e técnicos/as especializados/as. -----

Alargamento da rede de unidades de ensino estruturado e multideficiência. -----

Promover planos de transição dos alunos e alunas com necessidades educativas especiais, após a conclusão do ensino escolar para a sua integração em atividades profissionais; -----

5. Aplicar já no próximo ano 2024 a atribuição da Tarifa Social da Água Automática, através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017, medida fundamental de apoio direto à população mais vulnerável num concelho em que os custos da água são os mais elevados no distrito. -----

6. Aumento do Orçamento Participativo para 50. 000 €. -----

O Orçamento Participativo é um processo democrático deliberativo, direto e universal, através do qual as pessoas apresentam propostas de investimento e que escolhem, através do voto, quais os projetos que devem ser implementados em diferentes áreas de governação. -----

É fundamental traçar um caminho conjunto entre quem governa e a população, para que esta participe e seja ouvida também em decisões orçamentais. -----

7. Excluir de apoios públicos entidades que recorrem a trabalho precário. -----

Pugnar (acima de tudo) pelos direitos laborais de todos os trabalhadores e trabalhadoras (acabar com os falsos recibos verdes) da autarquia, pelas condições de segurança e higiene no trabalho e respetivos direitos sindicais. -----

8. Apostar na neutralidade climática e eficiência energética dos edifícios e habitações da autarquia até 2030, de forma a contribuir para o combate às alterações climáticas, a luta mais urgente do nosso tempo. -----

Tendo em conta, que achamos que estas propostas deveriam ser integradas no Orçamento Municipal, o Bloco de Esquerda irá votar contra este ponto. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, solicitando explicações para a questão do orçamento, relativamente a uma percentagem, que não foi bem aplicada, no orçamento. Que, para que a Assembleia ficasse devidamente esclarecida, gostaria de saber, se essa situação terá sido retificada, se a percentagem teria a ver com os dezoito mil euros, e se não foi que expliquem isso à Assembleia. -----

INTERVENÇÃO CDU PONTO 2 (PAM = Plano de Ajustamento Municipal - OM = Orçamento Municipal). Sobre os documentos previsionais e orçamentos da CMN e dos SMN. Tal como referido na intervenção feita pelo vereador da CDU na Câmara Municipal durante a discussão dos documentos previsionais, que também aqui acompanhamos, dado a nossa inquietação partir da interpretação que fizemos dos documentos recebidos e, mais ainda, sobre as preocupações e alertas manifestados no parecer prévio do FAM relativo à proposta de orçamento municipal para 2024. Seja que leitura se faça dos documentos e propostas nada ali nos deixam satisfeitos e tranquilos quanto ao decurso do vosso mandato e às perspetivas apresentadas nos documentos previsionais, porque as mesmas propostas e intenções vêm aparecendo desde sempre nestes documentos onde não se altera coisa nenhuma senão os números. Da análise feita pela CDU ao relatório do FAM, que deve ser lido por todos os interessados, e que aqui nos serve de base de trabalho para a intervenção sobre o Orçamento da CMN, relevamos as seguintes partes retiradas do dito relatório de uma entidade que fiscaliza e acompanha a ação do executivo no que se refere à dívida. Relativamente à Receita, dizem: “Em termos globais, a receita efetiva prevista é superior em cerca de € 12,7M à constante do PAM (Quadro 1, pág. 2), o que representa um acréscimo de cerca de 97,8%, sem prejuízo de algumas diferenças quando se efetua a análise em termos da sua composição. No PAM considera-se que a receita mais relevante a arrecadar deve provir de impostos diretos (IMI e IMT), rendimentos de propriedade, transferências correntes e transferências de capital. No OM para 2024 observa-se que a receita do IMI, IMT, transferências corrente e transferências de capital são efetivamente as receitas mais relevantes. No entanto, as receitas com passivos financeiros e taxas multas e outras penalidades superam os rendimentos de propriedade. Esta proposta altera assim a estrutura da receita face ao previsto no PAM.” ... dizem ainda. “A receita corrente inscrita na proposta de OM para 2024 do Município da Nazaré, no montante de cerca de € 17M, corresponde a um aumento de cerca de € 4, 3M, face ao previsto em PAM, traduzindo um acréscimo previsional de 34,8%. Relativamente à receita de capital, inscrita na referida proposta de orçamento municipal, no montante de cerca de € 9,9M, corresponde a um aumento face ao previsto no PAM, em cerca de € 9,5M, significando um acréscimo previsional de 2494 %. Esta variação corresponde exclusivamente a transferências de capital, sobretudo a transferências do Estado para participação comunitária em projetos co-financiados no montante de € 7,7 M. 2 Segundo foi possível apurar através dos

documentos enviados pelo município as candidaturas que dão origem a esta receita encontram-se aprovadas, motivo pelo qual se entendeu aceitar este valor não obstante os comentários que são apresentados mais à frente no ponto relativo à análise da despesa.” ... E prosseguem. “A receita municipal estimada para 2024 engloba € 17.014.312 de receitas correntes, € 9.936.913 de receitas de capital e € 1.340.108 do saldo de gerência de 2022 que não foi incorporado, tendo o mesmo sido aprovado na prestação de contas de 2022 através de deliberação tomada em assembleia municipal de 27 de abril de 2023 e também não vai ser integrado na gerência de 2023.” Relativamente à Despesa, dizem o seguinte: “No que se refere à despesa, o seu total, no montante de cerca de € 28,2 M, é superior ao previsto no PAM, para o exercício de 2024, em cerca de € 15,4 M, correspondendo a um aumento previsional de 121,1%. No que respeita à despesa efetiva, o montante previsto no OM tem um acréscimo de cerca de € 15,5 M relativo à previsão do PAM para o ano de 2024, compensado em parte pela previsão de acréscimo de receita (em outras transferências do Estado na participação comunitária em projetos co-financiados, impostos diretos e transferências correntes relacionadas com a transferência de competências). A despesa corrente inscrita na proposta de OM para 2024 do Município da Nazaré, no montante de cerca de € 16,4M, corresponde a um aumento de cerca de € 6,1M, face ao previsto em PAM, traduzindo um acréscimo previsional de 59,7%. A despesa corrente primária, com um montante previsto de cerca de € 26,9M, corresponde a um aumento de cerca de € 15,6M, face ao previsto em PAM, traduzindo um acréscimo previsional de 139,2%. Relativamente à despesa de capital, inscrita na referida proposta de orçamento municipal, no montante de cerca de € 11,8M, corresponde a um aumento face ao previsto no PAM, em cerca de € 9, 3M, significando um acréscimo previsional de 372,1%. O valor previsto no agrupamento de despesa 07 - "Aquisição de bens de capital", em cerca de € 10,0 M, justifica, maioritariamente, as variações observadas face ao PAM, sendo coerente com o valor registado no PPI. O valor apresentado é igual ao total de financiamento definido para 2024 no PPI enviado, sendo parcialmente coberto pelas transferências de capital, registadas na rubrica "Estado — participação comunitária em projetos co-financiados". Neste caso, importa referir que estes montantes de despesa estão consignados à obtenção das respetivas receitas. No que respeita ao serviço da dívida, prevista no OM para 2024 em cerca de € 1, 3M, corresponde a uma diminuição de cerca € 0,166M face ao PAM, significando um decréscimo de 10,8%, em resultado da alteração da taxa de juro do empréstimo do FAM de 1,75% para 0,95%. 3 em relação às despesas com o pessoal, o valor previsto é superior em cerca de € 2,7M face ao previsto no PAM para o ano de 2024, sendo este valor compensado parcialmente por transferências a receber do Ministério da Educação. Deste modo, salienta-se que a despesa total prevista, apesar de superior ao previsto em PAM para o exercício de 2024, está compensada pelo acréscimo de receita essencialmente originada pelo aumento das transferências de capital, em particular relativas à participação comunitária em projetos co-financiados, estando a receita e a despesa devidamente equilibradas. Assim, no que se refere aos objetivos orçamentais constantes nas medidas de consolidação orçamental anexos ao PAM, doravante medida(s), o orçamento do município para 2024: a) Assegura o cumprimento da medida de maximização da receita, no que se refere a impostos diretos em € 2,4M, de taxas, multas e outras penalidades em €0,523 M, de rendimentos de propriedade em € 0,241M, de transferências correntes em € 1,2 M, de venda de bens e serviços correntes em € 0,164M, bem como de transferências de capital de € 8,3M e em outras receitas correntes

de € 0,125M; b) Relativamente às despesas com pessoal, verifica-se um aumento de despesa face ao PAM em cerca de € 2,7M, compensado parcialmente na receita por transferência do Ministério da Educação de cerca de € 1,4M e justificado pelos aumentos das contribuições para a segurança social, alteração do salário mínimo e de posicionamentos remuneratórios dos trabalhadores. Neste âmbito o Município deve assegurar o cumprimento da medida prevista no PAM quanto ao controlo da despesa de pessoal, à exceção das regras impostas por lei em matéria de aumentos remuneratórios dos trabalhadores da administração pública; c) Sobre a medida de racionalização da despesa nos consumos intermédios, verifica-se que existe um aumento de cerca de € 2,3 M face ao montante previsto, correspondendo a um acréscimo de 61,2% face ao previsto no PAM, devendo serem adotadas medidas que assegurem o controlo desta despesa de acordo com o PAM.” ... e referem ainda como motivo de preocupação e alerta. “Tratando-se de saldos previsionais tendo como referência o princípio do equilíbrio orçamental, deverá o Município, em sede de execução, condicionar a despesa face à receita cobrada garantindo os saldos previstos em PAM. Conforme o referido no parágrafo anterior, as medidas constantes no PAM e as previsões descritas nos anexos na vigência do contrato de empréstimo visam gerar excedentes orçamentais para a redução gradual dos rácios da dívida. O orçamento apresentado, uma vez ajustado aos efeitos do pagamento de dívida através do FAM, não está de acordo com o objetivo definido em PAM para o exercício de 2024, assumindo-se o equilíbrio com recurso à inclusão do saldo de anos anteriores (€1, 3M), não estando garantidos excedentes primários relevantes para que a trajetória de redução da dívida seja sustentável (cf. pontos II e III infra), e que acompanhe as previsões do PAM.” ... Encargos plurianuais. Relativamente a este tema, diz o relatório. 4 “Quanto a esta matéria, o Município remeteu ao FAM o seu Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, o qual não respeita os limites quantitativos de despesa acordados e constantes do PAM nos anos de 2024 e 2025. O desvio de valores previstos nas GOP face ao PAM quanto ao investimento previsto realizar encontra-se justificado com base nos projetos co-financiados por fundos comunitários e nacionais, no montante de € 7,7, M. Quanto às atividades mais relevantes evidencia-se na proposta uma diminuição significativa de € 5,6 M face aos valores previstos no PAM. Assim, e analisando a despesa constante das GOP (Quadro 3) verifica-se que a despesa ultrapassa os tetos previstos no PAM, para os anos de 2024 e 2025, sendo que nos anos seguintes cumpre tais limites.” Agora vem a parte que mais temos referido por que mais nos preocupa quanto às gerações futuras: “Análise de sustentabilidade da dívida. Ajustando o modelo de análise de trajetória da dívida à previsão constante da proposta de OM 2024 (Quadro 5), observamos a necessidade de para anos futuros se prever a geração de saldos primários significativos, uma vez terminada a fase de consolidação da dívida com recurso à assistência financeira. Caso o esforço realizado até à data se mantenha, o prazo para correção do rácio da dívida em direção ao limiar legal fixa-se em quatro anos no cenário central, ou seja: Receita estável e taxa de juro semelhante à atual. À data do PAM foi estimado o cumprimento do rácio legal no ano de 2029, observando-se agora um ligeiro desfasamento nos termos da orçamentação proposta, justificado também pelo ano de moratória na amortização de capital do empréstimo FAM.” ... Além das várias recomendações que são feitas pela direção executiva do FAM por todo o parecer prévio, e que vão ao encontro das que temos feito por aqui, finalizam assim: “O cumprimento das obrigações estipuladas no PAM, verificadas em sede de monitorização será fundamental para a avaliação do

cumprimento do mesmo, ou seja, independentemente da previsão orçamental agora apresentada, o Município estará obrigado ao cumprimento das metas estabelecidas no PAM, pelo que deverão pautar a execução do orçamento de 2024 através do estrito cumprimento dessas metas.” ... Importa ainda registar, relativamente ao orçamento dos SMN, que a situação de aumento anual continua também a preocupar-nos, porque o valor orçamentado para 2024 aumenta em mais 835.026,00 euros em relação ao do ano passado. O orçamento apresentado para os SMN tem um valor de mais de 9,6 milhões de euros, sem que se compreenda muito bem o porquê da razão do valor do aumento, dado não haver indicação de investimentos significativos nos documentos de intenções. De referir ainda o que escreveram na página 56, antepenúltima do PDF, e n.º. 9, do documento com as Normas de Execução do Orçamento, onde pedem autorização para que se delegue no Sr. Presidente da Câmara a assunção dos compromissos plurianuais, quando de facto deveria ali constar, como avisámos na reunião de câmara, Presidente do Conselho de Administração dos SMN. Mantendo-se a referência na norma, a mesma impedirá qualquer intervenção do Presidente do Conselho de Administração nos compromissos plurianuais e não deverá poder ser cumprida da forma que vai ser votada. ... terminamos também, dizendo o seguinte: com tudo isto, tal como temos referido, o que se apura é que as políticas orçamentais do executivo e o cumprimento das metas exigidas e obrigatórias pelo contrato de assistência financeira com o FAM, estão longe de vir a trazer algum benefício financeiro às famílias, comerciantes e industriais nos anos mais próximos. Ou seja: à vista do que referem no relatório, baixar os impostos, taxas e tarifas à população, é missão quase impossível num futuro próximo, visto a governação não estar a ser dirigida nesse sentido. O que se diz e o que se tem feito é contrariado por aquilo que agora aparece referido e que nós na CDU temos alertado vezes sem conta. Aquilo de que precisamos é de políticas sérias, humanistas e viradas para o interesse da comunidade em geral e não para um folclore turístico de pé descalço que hoje aqui passa um dia e que só melhora a vida de alguns. Numa terra que querem de elite, mas que não a pensam verdadeiramente para os que cá vivem e trabalham, e, que, por variadíssimas razões já devidamente apontadas por nós, alguns estão a ser obrigados a deixá-la para poderem sobreviver. Não é isto que queremos para os nossos filhos, netos e bisnetos. O futuro tem que passar por outras mentalidades, mais progressistas e mais humanistas. Por tudo isto, a melhor forma de combater as vossas propostas é começar desde já por não aceitar estas votando-as contra”. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder à questão colocada sobre os dezoito mil euros, e solicitou que a Dra. Helena Pola, explicasse o assunto. ---

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, que começou por dizer, que a questão colocada pela Dra. Tânia Gandaio, se prende com o valor que acompanha as peças do orçamento e dos documentos previsionais, relativamente à inflação, e que, portanto, vai ser aplicado na atualização das taxas municipais, de acordo com o artigo 5.º do Regulamento das taxas municipais – onde diz que esse valor é aquele que é publicado no tal índice de preços do consumidor, publicado pelo INE, referente ao período entre agosto e setembro, e que portanto, o que os serviços fizeram foi, aplicar a taxa publicada referente ao mês de setembro, conforme consta do regulamento no valor de 3,6%. O que acontece, é que a taxa referente ao mês de outubro foi de 2,1%, o que significa que no mês seguinte, e antes da votação na Câmara Municipal a taxa de inflação baixou, significativamente e no fundo, que as taxas a serem atualizadas seriam numa percentagem menor, sendo essa

a questão que foi colocada. Que, no entanto, tendo em conta a elaboração das peças que estão agora em apreciação, esse valor de inflação foi tido em consideração, informação que de resto, ficou dúbia no início, mas que depois foi clarificada com a colega da contabilidade, e que efetivamente houve uma projeção dessa atualização dessas taxas, que seriam, mais ou menos os tais dezoito mil euros que se falam no orçamento de vinte e oito milhões, sendo contas aproximadas, não sendo valores absolutos. Que de facto, esse valor acresce nos mapas que se encontram agora em consideração. Que, para haver uma substituição da taxa, todos os mapas, todos os documentos teriam de ser refeitos e que isso não seria exequível com o tempo que a aprovação dos documentos requer junto dos órgãos municipais. O que disse na reunião de Câmara, é que efetivamente, se à data da elaboração dos documentos, se tivessem percebido que a taxa era menor, com certeza teria sido feita essa proposta ao executivo. Que, no entanto, o que os colegas na contabilidade fizeram, foi cumprir o regulamento Municipal e aplicar a taxa que existia à data em que os mesmos começaram a ser elaborados, não votados, mas elaborados, uma vez que os documentos são votados agora, mas a sua elaboração começa em setembro e, portanto, o trabalho, é um bocadinho árduo, e já não era compatível com a alteração total das peças, que estão aqui em discussão e que se mantiveram os 3.6%. ---
- **Intervio o Senhor Presidente da Câmara para lembrar, tal como foi referido pela Dra. Helena Pola, o Regulamento aponta exatamente os meses de agosto e setembro, como aqueles que devem ser a referência para a elaboração do orçamento. -----**

Aprovado por maioria com 12 votos contra e 12 votos a favor (usado o voto de qualidade do Presidente da Mesa). -----

DECLARAÇÃO DE VOTO PS – PONTO 2

“Exmo. Senhor Presidente,

O Partido Socialista tem dado provas ao longo da nossa história que é o partido capaz de promover soluções verdadeiramente importantes, obras estruturais e imprescindíveis para o desenvolvimento do nosso concelho, tendo como enorme referência o Porto da Nazaré. Em outubro de 2013, a Câmara Municipal da Nazaré iniciou um novo ciclo de governação liderado pelo PS que prometia romper com as políticas do passado. Era evidente que estávamos perante uma Nazaré carente de modernização, de desenvolvimento de infraestruturas e projetos estruturantes e de controlo das contas públicas. Estava destinado ao Partido Socialista inverter a tendência dos acontecimentos que levaram às circunstâncias em que o Município se encontrava. É nessa altura que um projeto reformista, agregador e consciente ganha força e apoio dos Nazarenos para o início daquela que viria a ser a mudança de paradigma. O Partido Socialista soube virar a página e iniciar um processo que visava o reequilíbrio das contas municipais através da redução da dívida, o investimento no espaço público e a modernização do concelho. Os últimos mandatos ficaram evidentemente marcados pela promessa cumprida: A redução evidente da dívida; a conclusão da Área de Localização Empresarial; a requalificação de toda a marginal e o parque de estacionamento a sul; a requalificação dos largos na Pederneira, Sítio e Valado dos Frades; a requalificação dos parques infantis em Fanhais, Famalicão, Sítio, Pedralva e mais recentemente Valado dos Frades; a municipalização da recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos e a capacitação dos

Serviços Municipalizados com os meios humanos e logísticos necessários e modernizados; a construção do Centro de Saúde, a conclusão do Centro Escolar de Famalicão, a conclusão em breve do Terminal Rodoviário ou a aprovação do financiamento do novo Funicular da Pederneira. Se há data da primeira eleição do atual projeto autárquico do Partido Socialista estava no auge dos meus 16 anos afastado por completo da vida política, foi nesta perspetiva que tal como eu, muitos jovens da minha geração que se revêm nos valores do socialismo democrático e que testemunharam uma evolução notória de desenvolvimento do nosso concelho, se associaram de forma mais ou menos evidente a um projeto que dava provas do seu trabalho, consistência e dinamismo. Os documentos previsionais têm como objetivo guiar os executivos nos pressupostos assumidos com as populações. É fundamental garantir a continuidade da trajetória descrita anteriormente no que diz respeito às políticas locais. O mundo está em mudança constante, e a Nazaré de hoje enfrenta desafios igualmente importantes e centrais na vida de todos os que aqui residem, trabalham ou nos visitam como enfrentava em 2013. É fundamental voltar a dar resposta às necessidades prementes dos mais e menos jovens e evitar a todo o custo um retrocesso no que foi conseguido até então. Foi nesse sentido que o Partido Socialista apresentou um conjunto de 39 propostas para o Orçamento Municipal de 2024 de olhos postos no presente e no futuro com especial incidência nas áreas críticas da habitação, mobilidade e requalificação urbana. Refletir sobre o passado é uma prática essencial para ganhar coragem e implementar o que se pretende para o futuro. Revisitar a história oferece-nos lições valiosas sobre os erros de outros e onde os interesses da população podem e devem ser mais bem atendidos. Este exercício não fortalece apenas o compromisso com o bem-estar coletivo, mas também inspira ações renovadas em direção a um futuro mais justo e equitativo para todos. Já fizemos muito, mas podemos garantidamente fazer muito mais. Muito obrigado! Assembleia Municipal da Nazaré, 12 de dezembro de 2023”. -----

Declaração de Voto PSD – Ponto 2

*“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem ao abrigo do **art.º 58 da Lei 75/2013 de 12 de setembro** apresentar **declaração de voto contra, no ponto 2**, desta Assembleia de 12 de Dezembro de 2023 – Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município da Nazaré para o ano de 2024 e respetivos anexos – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados da Nazaré para o anos de 2024 e respetivos anexos, pelas seguintes razões: -----*

*O Orçamento Municipal para 2024 é atualmente de 28.291,333 Milhões de Euros, o que representa um aumento de 6,58ME em relação ao ano anterior, justificado em grande parte pela perspetiva do arranque **da obra do Funicular para a Pederneira (5,8ME)**, **assim como pelo aumento das despesas com pessoal em mais 950 mil Euros.** -----*

No Quadro PPI (Plano Plurianual de Investimentos) evidencia os investimentos para 2024 por estrutura funcional, podemos verificar as prioridades deste executivo uma vez que reservam para a Cultura 0,68%, 3,32% para educação, 2,26% para a saúde, 16,38% para Habitação e para Comércio e Turismo 1,25%, sendo que o valor mais elevado vai para transportes e comunicações com 64,84% (por conta do valor transferido do PRR para o Projeto do Funicular da Pederneira). -----

No que diz respeito ao Quadro PAM (Plano de Atividades Municipal a área mais

representativa é supostamente para as designadas “Funções Sociais” onde o Município prevê gastar 2,56ME correspondente a 56% do total do PAM, sendo que deste valor 980 mil Euros estão destinados para Desporto, Recreio e Lazer, 629mil Euros para Cultura e apenas 213 mil euros para Educação o que também é muito revelador quanto às prioridades deste executivo nesta área. -----

Quanto ao equilíbrio orçamental que se encontra plasmado no ponto 3.2.5 do OM e GOP 2024-2028 constata-se um desequilíbrio orçamental num montante de 506,434€ o que naturalmente merecerá a nossa preocupação. -----

Acresce ainda o parecer prévio do FAM relativamente a este Orçamento para 2024, que apesar de ter sido genericamente positivo, revela também alguns sinais que consideramos preocupantes, nomeadamente: -----

- 1. A receita tem um crésimo relativamente ao PAM superior a 12,7ME alicerçado no aumento das receitas com Impostos Diretos e também das transferências do Estado para participação comunitária em projetos cofinanciados havendo um desvio face ao PAM de 117,6%. -----*
- 2. A despesa tem um acréscimo relativamente ao previsto no PAM de 15,497ME verificando-se um desvio face ao previsto no PAM de 121%, em parte coberto pelas transferências do Estado para participação comunitária em projetos, mas também devido ao crescente aumento com despesas com pessoal. -----*
- 3. Verifica-se assim uma diferença entre o acréscimo da receita em 117,6% e o acréscimo da despesa em 121,1% sendo esta superior em 3,5%. -----*
- 4. No que respeita ao serviço da dívida sofrerá um decréscimo de 10,8%, mas como resultado da diminuição taxa de juro. -----*
- 5. As despesas com pessoal serão 2,7ME superiores face ao previsto no PAM, sendo parcialmente compensado por transferências a receber do Ministério da Educação (sendo que sabemos que é manifestamente insuficiente pela previsão apresentada neste Orçamento). -----*
- 6. As despesas nos consumos intermédios também terão um aumento de 2,3ME face ao previsto (61,2%) sendo que o FAM recomenda que o município adote medidas que assegurem o controle destas despesas, no entanto estas medidas não estão plasmadas no OM. -----*
- 7. Relativamente aos saldos orçamentais, a perspetivas é que os municípios aderentes ao PAM (Plano de Ajustamento Municipal) gerem excedentes orçamentais que permitam a redução da dívida , no entanto o parecer prévio relativo a esta proposta de OM para 2024 diz que os desvios verificados em termos de saldo primário efetivo, refletem um aumento de despesa estrutural na ordem dos 2,9ME face ao previsto no PAM e que caso se cumpra o princípio de equilíbrio orçamental, o saldo total será nulo, ou seja não gera excedente. -----*
- 8. Destaca-se ainda que o orçamento apresentado, uma vez ajustado aos efeitos do pagamento de dívida através do FAM, NÃO ESTÁ DE ACORDO COM O OBJETIVO DEFINIDO EM PAM PARA 2024, assumindo-se o equilíbrio com*

recurso a inclusão do saldo de anos anteriores (1,3ME) NÃO ESTANDO ASSIM GARANTIDOS EXCEDENTES PRIMÁRIOS RELEVANTES PARA QUE A REDUÇÃO DA DIVIDA SEJA SUSTENTÁVEL. -----

9. *No quadro 4 do parecer do FAM que é referente aos encargos plurianuais, esta referido que o PPI que o município remeteu ao FAM, NÃO RESPEITA os limites quantitativos de despesa acordados e constantes no PAM para os anos de 2024 e 2025 e sublinha ainda que, analisando a despesa constante nas GOP verifica-se que a despesa ultrapassa os tetos previstos no PAM para os anos de 2024 e 2025.*
10. *Quanto á análise de sustentabilidade da divida feita pelo FAM, o parecer prévio recomenda que nos anos futuros se faça um esforço maior para gerar saldos primários significativos já que se verifica um desfasamento face ao que foi estimado pelo PAM quanto ao rácio legal que era 2029, além de que o dito parecer do FAM refere ainda que a pressão da despesa identificada face á natureza da receita prevista no OM para 2024, representa um risco orçamental elevado. -----*

*Assim, por todas as razões acima enumeradas o nosso sentido de voto é **contra, pelo que,** consideramos que este orçamento para 2024 reflete uma continuidade do cenário de despesismo atrasando o alcance do equilíbrio financeiro para a possibilidade do abaixamento de impostos e conseqüentemente, contribuir para uma melhor qualidade de vida dos nossos munícipes. Nazaré, 12 de dezembro de 2023, O grupo do PSD". -----*

DECLARAÇÃO DE VOTO O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vem, ao abrigo do n.º 3, do Art.º 58º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1, do art.º 35º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, nas versões em vigor, apresentar declaração de voto de vencido, **relativamente ao ponto 2 da ordem do dia desta sessão**, nos seguintes termos: *Em primeiro lugar, registamos e lamentamos a data tardia de realização da obrigatória reunião ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição (EDO), para audição das oposições sobre os documentos orçamentais, quando o executivo do PS já sabia de ante mão que qualquer que fosse a proposta ali apresentada não iria ser incorporada no documento. Ou seja, das várias propostas apresentadas na reunião do EDO e depois enviadas pela CDU nenhuma foi tida em conta. Já esperávamos que não o fossem, porque a reunião do EDO aconteceu a 17 de novembro e a data do Parecer do FAM refere-se à versão do Orçamento de 14 de novembro. Logo, têm que ser criticados porque não ouviram a oposição antes do envio ao FAM, como deveriam ter feito. Nem sequer a abertura de uma rubrica para contemplar a necessária obra de recuperação do edifício do Polo de Saúde de Valado dos Frades, de reconhecida necessidade e até já protocolada em adenda com o Ministério da Saúde lá foi colocada, como indicámos nessa reunião que afinal não passou de um proforma para o executivo do PS. Num orçamento onde se verifica um acréscimo de valor total de 30,35%, ou seja, mais 6,58 milhões de euros relativamente ao do ano em curso, não colocar uma proposta onde ainda se pode ir buscar financiamento para a obra, não pode merecer da nossa parte concordância. Analisando o orçamento, nem mesmo os Serviços Municipais da autarquia deixam de mostrar preocupação com os documentos por eles elaborados e alertam isso mesmo, quando dizem a páginas tantas: "... há um desequilíbrio orçamental no montante de 506.434 €, pelo que o Município deverá ajustar a execução da despesa*

efetiva à receita efetiva arrecadada ao longo do ano de 2024”. Posto isto, temos razões para duvidar que o consigam fazer agora, pela forma pouco apurada como têm gerido os orçamentos anteriores. -----

Afirmar que o vereador da CDU, na reunião de câmara, apresentou uma proposta de alteração ao orçamento, dado que naquele órgão, ao contrário deste, ainda se podia ter melhorado o orçamento, nomeadamente proporcionando às famílias e empresas locais, uma poupança, ainda que baixa, de 1,5% relativamente ao valor de aumento proposto pelo executivo do PS na cobrança de taxas e tarifas. A proposta apresentada pela CDU, visava a necessidade de troca da informação do INE, referente à taxa de variação de preços ao consumidor relativa ao mês de setembro de 3,6%, pela referente à do mês de outubro de 2,1%, e que está junta nos documentos da reunião e constará em Acta, para não ficarem dúvidas do que apresentámos, mas que não foi aceite. Tal recusa deveu-se, segundo informação do executivo e dos serviços, ao cumprimento da norma estabelecida no n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município da Nazaré. Só que, em nosso entender, tal norma foi ali colocada, quando os documentos previsionais tinham que ser aprovados pelos executivos até 31 de outubro, coisa que nestes dois últimos anos aconteceu até 30 de novembro, por isso, julgamos que podia ter sido alterado o valor proposto, caso houvesse essa vontade política do executivo e dos serviços municipais em ter pedido a alteração daquela norma. Importa aqui afirmar e registar que o que temos mencionado sobre o exercício do cargo que está a ser levado a cabo pelo PS local, não se mostra diferente do que é referido na análise do FAM aos documentos previsionais para 2024 e dos alertas que faz, sobre as condições futuras de possível incumprimento de metas orçamentais, que se tornarão ainda mais exigentes, se o caminho das despesas elevadas não for atalhado a tempo. Tal como já referido na discussão, sabemos bem o que são os orçamentos para o PS. - São meros formalismos obrigatórios e que em boa parte não são para cumprir -. Basta ver as 22 alterações já feitas ao Orçamento da Despesa, as 16 alterações ao PAM e as 13 alterações ao PPI, onde todas estas alterações orçamentais ocorreram neste ano que ainda não acabou. Tem sido assim desde há muito tempo, por isso, julgamos que é difícil agora mudarem. Durante a nossa intervenção na discussão dos documentos previsionais, fizemos a análise ao que foi indicado pelo FAM no parecer prévio aos documentos previsionais da Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré – (mandato 2021-2025).

O que foi emitido por aquela entidade não difere do que já antes nós dissemos e escrevemos no documento entregue junto com as propostas da CDU para o orçamento, remetendo assim para o seu resumo final a nossa base para rejeição das propostas nos documentos. Pode até dizer-se que as nossas preocupações sobre os documentos previsionais anteciparam as mesmas que recebemos depois no relatório do parecer do FAM e nas quais baseamos a nossa posição, conforme dissemos durante a discussão do ponto. Importa ainda registar, relativamente ao orçamento dos SMN, que a situação de aumento anual continua também a preocupar-nos, porque o valor orçamentado para 2024 aumenta as previsões em mais 835.026,00 euros em relação ao do ano passado. O orçamento apresentado para os SMN tem um valor de mais de 9,6 milhões de euros, sem que se compreenda muito bem o porquê da razão do valor do aumento, dado não haver indicação de investimentos significativos nos documentos de intenções. De referir ainda o que escreveram na página 56, antepenúltima do PDF, e n.º 9, do documento com as Normas de Execução do Orçamento, onde pedem autorização para que se delegue no Sr.

Presidente da Câmara a assunção dos compromissos plurianuais, quando de facto deveria ali constar como avisámos, Presidente do Conselho de Administração dos SMN. Se assim se mantiver a referencia na norma, a mesma impede qualquer intervenção do Presidente do Conselho de Administração nos compromissos plurianuais e não deverá poder ser cumprida. É, pois, por tudo o que vai escrito antes, e que vem na senda dos imensos alertas que temos feito e que agora também vêm referidos no parecer prévio do FAM, relativo à proposta de orçamento municipal para 2024, que a nossa avaliação aos orçamentos não pode ter outra votação senão o voto contra. Nazaré, 12 de dezembro de 2023 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

3. PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA – ANO DE 2024 (Apreciação e votação)

Aprovada por maioria com 12 votos a favor; 7 votos contra e 5 abstenções. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO PSD – PONTO 3

*“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar **declaração de voto contra, no ponto 3**, desta Assembleia de 12 de dezembro de 2023 – Proposta de Lançamento da taxa de Derrama – ano 2024, pelas seguintes razões: -----*

Na atual Lei das Finanças Locais, a Derrama figura-se como uma forma de financiamento próprio dos municípios, incidindo sobre o lucro tributável e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. -----

Considerando que o Município da Nazaré se encontra sob o cumprimento de um Programa de Ajustamento Municipal (PAM), desde 2018, e de acordo com as medidas de reequilíbrio orçamental referentes à otimização da receita, implica a aplicação da taxa máxima destes impostos (art.º 18.º da Lei 73/2013 de 3/9), sendo de caracter obrigatório e vinculam o Município durante a vigência do PAM; -----

Considerando que o relatório de contas da Câmara Municipal da Nazaré, continua a relevar a subida da despesa face à receita, nada compatível com a necessidade, na nossa opinião, de um maior esforço por parte deste executivo, no sentido de atingirmos mais rapidamente o reequilíbrio financeiro para a possibilidade do abaixamento de impostos e consequentemente e assim contribuir para uma melhor qualidade de vida dos nossos munícipes do concelho da Nazaré, não podemos votar favoravelmente. Nazaré, 12 de dezembro de 2023, O Grupo do PSD. -----

4. PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO 2024 (Apreciação e Votação)

Aprovada por maioria com 7 votos contra; 5 abstenções e 12 votos a favor. -----

5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA PELA CONCESSÃO DE DIREITOS DE PASSAGEM – ANO 2024 (Apreciação e votação)

Aprovada por maioria com maioria com 4 abstenções e 20 votos a favor. -----

6. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO 2024 (Apreciação e votação)

Aprovada por maioria com 7 votos contra; 5 abstenções e 12 votos a favor. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota pela Abstenção, os assuntos referentes aos pontos 3, 4, 5 e 6 da ordem de trabalhos desta sessão, pelo seguinte: com efeito, será mais um ano de pagamento destes impostos pelo valor máximo legal admissível, na medida em que não tem existido da parte do executivo que governa a preocupação de baixar o rácio da dívida para um valor abaixo do limite de excesso de endividamento onde nos encontramos. Só assim se ambicionaria baixar estes impostos! O que, pela análise do FAM, tal só acontecerá para lá do ano 2029. Pode ser que as famílias e os comerciantes comecem a entender a razão de por cá se pagarem os impostos e as taxas e tarifas todas pelo máximo há tantos anos, quando se vê tanto dinheiro mal empregue. Pode ser que entendam que o lucro não é igual para todos os negócios, mas os impostos, taxas e tarifas, são! A Lei prevê que quem tenha menos lucros possa pagar menos valor na Derrama, se for esse o imposto aprovado para esses casos. Então, esses comércio podiam e deviam pagar menos se o executivo do PS trabalhasse no sentido de baixar a dívida para os valores que permitem legalmente que isso possa acontecer. Mas a verdade é que não o faz, nem se prevê que o venha a fazer tão cedo segundo os vários alertas do FAM. Nestes impostos, taxas e tarifas que se analisam e decidem hoje, e só porque sabemos que estamos impedidos legalmente de pedir a baixa de valores dos impostos no momento atual, os eleitos pela CDU abstêm-se. Nazaré, 12 de dezembro de 2023 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, que disse que, se for aprovado o Regulamento, em votação, que espera que se promovam os procedimentos necessários com a celeridade possível para que a proposta apresentada pela Bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal no sentido de agravar o IMI a prédios devolutos nos limites máximos legais possíveis se veja realizada com a brevidade possível. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que começou por dizer, que em primeiro lugar gostava de solicitar esclarecimento sobre quais são esses máximos? Que, se está no 0.45, se passa para o 0.50 e se há previsão sobre os valores que serão taxados ou se isso ainda vem a reuniões futuras. -----

- *Que, em relação a alguns pontos que estão nos procedimentos que o artigo 7 refere – que serão pedidas informações a empresas de telecomunicações, gás, eletricidade e água, embora a água já pertença ao Município, que enviam obrigatoriamente ao Município até ao dia 1 de outubro uma lista atualizada da ausência de contratos de fornecimento ou de consumos baixos – questionou, se essa situação não vai contra ao que está estatuído em relação ao sigilo, e como são enviadas listagens das pessoas? Que o próprio regulamento não é muito específico, quando refere ao que são devolutos. -----*

- *Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que disse, que existe uma coisa que será clara, e que se tem de decidir – se se quer aplicar mais uma medida para acabar com as habitações devolutas no Concelho, naturalmente garantindo que a identificação dos imóveis será feita de forma correta, ou não! Que, em reunião de Câmara disse que, uma casa pode estar em muito péssimo estado, mas se tiver um contrato de água ou de eletricidade associado, independentemente dos consumos, ainda que esteja em situação muito má, segundo o seu entendimento, não será considerada devoluta. Que, será claro que a Câmara irá aplicar aquilo que são os termos da Lei, e que irá ter o cuidado que tiver que ter, com as questões nomeadamente da proteção de dados. Que, a forma como vê a questão das listagens, será do sentido, de não da pessoa, mas sim do imóvel, e que tudo será feito com bom senso, com o respeito integral por aquilo que são os termos da Lei, mas que naturalmente será fazer essa avaliação e essa clarificação do estado do imóvel. Acrescentou, que nos termos da Lei, a DPU fez, através da fiscalização, uma grande avaliação de todas essas matérias, pelo Concelho todo. Que, existe um conjunto de imóveis e moradas, que n aquilo que será a sua avaliação, face aos termos da Lei, determina que eles são vistos como devolutos. -----*

- *Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Matos, disse que, o que estará em causa, será o Regulamento da identificação de prédios devolutos; que foi um documento que não acompanhou, mas que foi devidamente elaborado pela Divisão de Obras – DPU, em que é meramente identificação dos prédios devolutos – que é identificado no nosso Concelho, as casas que não têm utilização. Que, relativamente ao que serão os dados dos imóveis, que eles constam na Conservatória de Registo Predial e que são públicos, sendo disponíveis a todas e a todos, havendo necessidade de saber quem são os proprietários.*

- *Relativamente à questão do IMI, o agravamento do IMI estará previsto no Decreto-Lei N.º 159 de 2006, e só será possível de acontecer quando for designado aquilo que se vai chamar como “zona de pressão urbanística”. Quando na carta Municipal de Habitação, se definir, nessa zona, poderá ser aplicada uma taxa de agravamento de IMI, com base no Decreto-Lei. Que, será nesse Decreto-Lei que estará a percentagem de agravamento que poderá ser aplicada. Que, se encontra na Lei, sendo necessário se definir a zona de pressão urbanística. Que, na próxima reunião de Câmara, estará agendado o ponto, quanto à carta Municipal de Habitação para consulta pública. Que irá estar presente, quem está a ajudar na elaboração da mesma, expor tudo o que for necessário relativamente ao diagnóstico que foi feito, aos dados obtidos, as propostas que se encontram em cima da mesa, também com a colaboração do executivo. Que, irão ser chamados/convidados os presidentes de Junta, para poderem dar alguns contributos e que ficará com um link, para que todos e todas possam dar os seus contributos para a carta, porque será um documento muito prioritário para o Concelho da Nazaré. -----*

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que disse que, o PSD não será contra, que se devem fazer melhoramentos e que a Vila fique mais bonita e requalificada. Que, pedem contenção e atenção também para situações específicas, sendo que muitas vezes as pessoas não têm capacidade financeira para requalificar. Com essa majoração da taxa que não se sabe qual será e que poderá agravar as situações das pessoas. Também solicitou atenção especial para essas situações sociais e solicitar orientação por parte da Câmara no sentido dos apoios financeiros para a reformulação dos imóveis, através do IRU, uma vez que muitas vezes não têm conhecimento desses apoios ou não têm capacidade estar junto de um processo dessa envergadura e que a Ação Social da Câmara poderá também dar uma ajuda, como já o fez no passado. Quis também dar um pequeno alerta no sentido de que a Câmara Municipal tem imóveis degradados, e embora esteja isenta de IMI, deverá dar o exemplo. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, que quis apenas elucidar, sobre aquela que foi a proposta, da bancada do Partido Socialista, relativamente aos prédios devolutos, que tinha por base, após a notificação da identificação do prédio devoluto, um ano depois ser agravado ao valor base em seis vezes e por cada ano de não requalificação do imóvel ser agravado até ao limite legal doze vezes. Que todos conhecem, que na Freguesia da Nazaré, Famalicão e Valado dos Frades, imóveis devolutos que fazem efetivamente falta para dar resposta às necessidades que todas as bancadas ali referem frequentemente, que é a habitação, uma das formas de forçar a tomada de decisão proprietários, relativamente aos imóveis. Que, é também com base nesses mecanismos legalmente previstos. Que em complemento a esta pretensão, a receita adicional gerada por este instrumento, sendo muito ou pouco, deve ser canalizada integralmente para promover políticas de habitação no Concelho da Nazaré. -----

7. REGULAMENTO MUNICIPAL DE IDENTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS PARA APLICAÇÃO DE MAJORAÇÃO DA TAXA DE IMI DO CONCELHO DA NAZARÉ (Apreciação e votação)

INTERVENÇÃO CDU PONTO 7 – Declaração de Voto

“Relativamente a mais este regulamento, pouco há a dizer. É mais um que vem de uma obrigação legal que é imposta pelo contrato do FAM e das suas imensas formas de cobrar impostos e taxas pelo máximo à população, por motivo dos erros de gestão dos eleitos que a população tem escolhido para governar a autarquia. O azar nestes casos é que pagamos todos, mesmo aqueles que nunca contribuíram para o estado a que isto chegou, e em que continua. Lamentamos desde já o que irá acontecer com as muitas famílias menos abonadas do nosso concelho que irão ter um agravamento no IMI, caso as suas propriedades se encontrem degradadas ou devolutas e não tenham meios financeiros para as recuperar. O que não será difícil acontecer com os atuais custos de construção ou de obras de renovação. Esperamos também para ver como vão ser fiscalizados, e por quem, os ditos prédios devolutos e degradados do concelho, para entender-se mais tarde as razões para as queixas que certamente aparecerão por aqui. Em consciência, não podemos votar contra este regulamento e esta imposição contratada com o FAM. Em consciência, também não o votaremos a favor, porque não temos visto por parte do executivo vontade em diminuir o excesso de endividamento rapidamente, para poder dar

alguma folga/diminuição nos impostos cobrados à população e assim evitar estas novas taxas que irão afetar e atingir muita gente. Por tudo isto, sendo justos, votaremos pela abstenção, como forma de demonstrar também o nosso desacordo com esta forma de governar, que é contrária ao que sempre temos defendido e pelo que sempre temos lutado. Esta intervenção serve também de Declaração de Voto". -----

Aprovado por maioria com 12 votos a favor e 12 abstenções

- Inteveio, no final da votação, o Senhor Deputado Samuel Fialho, para dizer que, no sentido da CDU contribuir para o exercício do seu cargo, de Presidente, que é recente, o artigo 21 do seu número 2 do Regimento, diz que, o Presidente vota em último lugar, e será assim, que deve ser feito. O Senhor Presidente da Mesa, agradeceu o esclarecimento e disse que assim irá ser feito. -----

8. PEDIDO DE ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 1/2006 E RESPETIVOS ADIAMENTOS, SITA EM VALADO DOS FRADES (Apreciação e votação)

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que começou por dizer, que o que vem neste ponto tem a ver com a desanexação do domínio público para o domínio privado e por isso vem à Assembleia. Que, sobre essa desanexação, pensa que, nos documentos que lhe foram enviados, são manifestamente poucos porque falta a informação que deu por base o processo, que foi à Câmara, falta o Edital, falta a deliberação Camarária – que será uma área cedida de um loteamento de 2006, sendo áreas que os loteadores, eram obrigados a ceder, porque senão tinham de compensar o Município financeiramente. Que, pelo que viu, disse que, não consegue perceber, se vão ceder a área às pessoas, irá haver alguma compensação, o que se vai passar? Que com os documentos entregues, não consegue perceber o que se irá passar. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente de Câmara, para dizer que, a informação será muito clara, que contem uma planta. Inteveio o Senhor Deputado António Absalão, que disse que falta uma informação para ir à Câmara. O Senhor Presidente da Câmara, disse que a informação foi à Câmara com a proposta de envio à Assembleia. O Senhor Deputado, prossegue e diz que antes da decisão final da Assembleia, a Câmara aprovou a desafetação do domínio público para o domínio privado e essa informação não consta, bem como não consta também o edital. Que existiu uma deliberação camarária a 19.06.2023, em que foi decidido proceder à abertura do período de discussão pública, para fazer a desafetação e que faltam elementos que permitam a tomada de decisão. O que consta na informação de 19.06? que a pergunta que se coloca será muito simples – na cedência do loteamento de 2006, que as cedências serão obrigatórias, porque senão os loteadores terão de fazer a compensação e que foi cedida aquela área para passeios, arruamentos, equipamentos, zonas verdes e que se não cederem, o que o loteamento prevê, é que terão de dar uma compensação financeira ao Município. Que a sua questão

será – eles cederam a mais? cederam o que estava estipulado? vai ser doado o terreno? Que, sendo um procedimento administrativo, gostaria de saber o que se irá fazer. -----

*- **Interveio o Senhor Presidente da Câmara** para dizer que, e fala em nome de todo o executivo, que a deliberação foi tomada por unanimidade, e até concorda que se for preciso o ponto poderá ser retirado e ser presente à próxima Assembleia. No entanto, e percebendo que quer a informação com detalhe, o Arquiteto Paulo Contente, faz uma descrição de todo esse detalhe, na proposta, inclusivamente diz, que no ponto de vista urbanístico não se vê qualquer inconveniente, da parcela, do período de discussão pública, porque não foi manifestado qualquer inconveniente à desafetação, mas que percebe a questão. -----*

*- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que disse que, depois da exposição do Senhor Presidente da Câmara, pensa que será melhor a retirada do ponto, e que venha com os elementos todos para se poder decidir e quando muito para responder às dúvidas. -----*

Aprovada por unanimidade, a retirada do ponto. -----

9. REGULAMENTO ORGÂNICO E FUNCIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – PROPOSTA (Apreciação e votação)

Aprovado por unanimidade. -----

10. MINUTA DE PROTOCOLO JANTAR DE NATAL 2023 (Apreciação e votação)

INTERVENÇÃO CDU PONTO 10

Começamos por ler o que diz a Lei 75/2013 de 12 de setembro, no seu artigo 25.º, da Assembleia Municipal, Competências de Apreciação e Fiscalização, onde no seu n.º 1, e na alínea V. “v) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;”. Sendo uma obrigação dos eleitos neste órgão a apreciação e fiscalização da ação do executivo, não podemos deixar de referir que, ao contrário daquilo que aconteceu na reunião de câmara, julgamos que este procedimento, não está apresentado de forma correta a este órgão. Isto, na medida em que, o que se pretende não é a aprovação do protocolo geral com todas as entidades envolvidas, que julgamos não ser necessário, nem sabemos se é correto, mas sim, segundo a interpretação que fazemos da alínea V, será analisar um pedido de autorização do conselho de administração dos SMN para autorizar aquele a conceder “o apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares.” Coisa que não vislumbramos em

qualquer documento deste procedimento. No caso presente, e em nosso entender, o que se deveria pedir a esta AM era apenas a deliberação sobre a autorização para a concessão do apoio aos trabalhadores dos SMN, que ao contrário de anos anteriores nem aconteceu. Mas está reposta a legalidade, ainda que, se calhar, por excesso, com este pedido de aprovação do protocolo onde confluem trabalhadores de todas as entidades do grupo municipal. Tal como disse o vereador da CDU na reunião do executivo, assim se demonstra, mais uma vez, que as nossas intervenções e chamadas de atenção para a ilegalidade existente anteriormente neste tipo de procedimento, como foi o caso em anos anteriores, foi agora resolvida. Ainda bem que ficámos em sintonia nesta matéria. Desejamos uma boa festa de Natal a todos os trabalhadores dos vários serviços da autarquia nazarena”, bem como a todos os membros do Órgão executivo e a toda a população. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que disse, que a bancada PSD se congratula pelo facto de terem conseguido fazer um jantar mais em conta, porque temos um Concelho ainda endividado, consideram que realmente a Câmara deve ter essas considerações e também ser comedida nos gastos feitos, uma vez que as pessoas que trabalham no Município terão o seu salário, outros privilégios e outras situações, que também já lhes permite jantar quando querem, durante muito tempo, porque o que se quer é que os funcionários e as pessoas que aqui trabalham tenham uma vida confortável. Que, lamentam que, os dinheiros investidos nestas coisas, não sejam gastos no Município da Nazaré, e que sejam gastos, noutra Município. Que, futuramente, deveriam ter em conta, que o dinheiro que será gasto com os impostos, que fosse gasto aqui na Nazaré e que serviria para algum dos restaurantes da Nazaré, tivessem algumas compensações, por cá viver e por pagarem aqui, os seus impostos e que desejam um bom jantar a todos. -----

Aprovada por maioria com 17 votos a favor; 6 contra e 1 abstenção.

Sendo meia noite, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração da Assembleia Municipal, a continuação dos trabalhos, sendo aprovada por unanimidade a sua continuação.

11. PROPOSTA – NOMEAÇÃO DE 4º. ELEMENTO DA COMISSÃO ALARGADA – CPCJ (Para nomeação)

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa**, para dizer que esta nomeação foi falada na reunião da Comissão Permanente, tendo havido um nome que foi falado, em que o Senhor Presidente da Junta da Nazaré ficou de conversar com a pessoa em causa. Que, já lhe deu conhecimento que a pessoa aceitou, e solicitou que o Senhor Presidente da Junta, informasse sobre o assunto. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta da Nazaré, João António Portugal Formiga**, que disse que, falou com a pessoa, tendo a mesmo aceite, resolvendo-se mais uma situação. Trata-se da Educadora Social Rebeca Fidalgo Quinta de Figueiredo. ---

- Foi proposto o nome da Educadora Social Rebeca Fidalgo Quinta de Figueiredo, para a nomeação de 4.º Elemento da Comissão Alargada – CPCJ. -----

Aprovada com: 19 votos a favor; 1 voto contra e 4 abstenções. -----

Foi aprovado o nome proposto. -----

12. RELATÓRIO DE CONTAS – FESTAS DO SÍTIO 2023 (Conhecimento)

INTERVENÇÃO CDU PONTO 12 - Senhora Deputada Helena Copa:

“Relativamente a este relatório, quanto a nós incompleto e falso, ele representa bem a forma como as coisas são tratadas pelo executivo. Informam então o resultado de 91.444,79€, como um saldo. Esquecem-se de dizer, ou melhor, escondem, que aquele valor de saldo é negativo. Ou seja, as festas do Sítio deste ano custaram aos munícipes do Concelho pelo menos estes 91.444,79€. Acrescem mais os 15.000€ para pagar aos dois elementos contratados para a produzirem, mas que não aparecem nos custos, daí dizermos que o relatório é falso pois não contempla todas as despesas. O saldo é negativo na ordem dos 106.444,00 euros!!! E isso não aparece em lado nenhum! Os prejuízos financeiros que foram alcançados foram de grande monta, numa terra endividada que continua a querer parecer rica, mas sem planificação, sem razoabilidade e sem rumo. Os resultados altamente penalizadores para os munícipes espelham-se também pelo desastre que, mais uma vez, significaram as Festas do Sítio. Não basta mandar vir reforços e estarem disponíveis para desembolsar fartas quantias de dinheiros públicos – já deveriam saber disso, têm larga experiência em opções do género. Por tudo isso, hoje poderíamos ter umas luzinhas de natal um bocadinho mais brilhantes e não temos”. ----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que iniciou a sua intervenção dizendo que mais uma vez irá pedir a retirada do ponto, porque aquilo que foi dado, a conhecer, tem muitas falhas. Que, foi às festas do Sítio, como vai todos os anos e que viu lá seguranças e que no relatório não se encontram. Que tiveram gastos com água, luz, material de canalização que alguém teve de pôr e que não vê isso ali refletido. Que, existem no relatório algumas falhas – que no encandeado, a informação fala em 31,32€ e depois na despesa aparece 22,14€. Que, nas refeições que a comitiva usa, dos Anjos, na informação aparece 900€ e no relatório 604,25€. Que depois, existe a tal questão dos 7.500€ para cada um dos senhores que vieram fazer as festas do Sítio e que falharam redondamente – que nem um cêntimo mereciam! Que, os 72.977€, não consegue perceber de que se trata, e que gostaria de obter uma explicação. Que, com as incongruências todas, deveriam retirar o ponto e fazer uma coisa como deve de ser, que explicasse bem, porque a Assembleia deu um cheque em branco para a realização das festas. Que, exigem, que as coisas que vêm à Assembleia, venham como deve de ser, e no caso presente, mais do que nunca. **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para complementar a informação do seu colega, António Absalão, relativamente aos contratos em que nem estão datados e que também lamentam que alguns dos quais não estão sequer assinados. Que, tiveram pelo menos uma semana para o fazer! -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques**, que começou por dizer, que em primeiro lugar gostaria de desmistificar a ideia do prejuízo das festas do Sítio ou de qualquer outro evento cultural público, que na opinião do PS tem como objetivo a promoção cultural e a oferta pública à população, como exemplo a passagem de ano, o carnaval, as esquininhas, etc. Que, o contrário dessa opção e que será importante dizê-lo será a implementação de um sistema de bilhética de acesso ao evento, como acontece noutros eventos e aí sim, geridos por comissões de festas legalmente constituídas ou através de associações ou por empresas municipais e que aí têm uma experiência anterior relativamente a esse assunto, que todos recordam. Que, a questão que pode ser colocada, será a qualidade do evento, que tem sido apresentado face ao esforço financeiro da Autarquia e dos seus municipes. Que, aí já foi assumido, que quer no ano anterior quer no presente, que foi um "fiasco ou que não correu bem". Que, á data da deliberação da suspensão do regulamento, ter-se-á abtido por não concordar com o modelo apresentado, mas reconhecer a importância do evento para a nossa população e colocou algumas questões: no segundo documento constante na página 9 do expediente enviado, consta a abertura de um ajuste direto com o valor de 60.140€ excluindo o IVA e que ultrapassado ali o limite inferior a 20 mil euros para o procedimento de ajuste direto em regime geral, quis perceber só se foi invocado algum regime de exceção para o procedimento e eventualmente pela data do despacho. Que, em relação à maior parte dos contratos quer de comerciantes quer de fornecedores, terem sido assinados no decorrer do evento sendo que, pelo menos dois deles não estão devidamente outorgados, sendo referidas as várias tentativas de contacto sem sucesso, no entanto consta nos documentos que os valores foram pagos em numerário e a questão será se não poderiam nessa altura ter sido outorgados, os contratos? Que, como já foi referido no período de intervenção do público, e porque pertence aos Órgãos Sociais, também de uma coletividade que participou no evento, foi efetivamente comunicado por Técnicos da Câmara Municipal da Nazaré às coletividades presentes na praça da alimentação, que teriam de adquirir determinados produtos a um distribuidor, representante de um fornecedor de cerveja. Que, não existe qualquer indicação no relatório do evento, da contrapartida para o Município, para essa exclusividade. Quis colocar a questão – a que se deveu essa exigência que em algumas Coletividades, levou inclusive a um aumento de custos face ao ano anterior? -----

- **Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente**, para dizer que sobre as questões técnicas não tem como responder, e perguntou se a Dra. Helena Pola que acompanhou de perto as duas Técnicas dos Eventos, se poderá dar alguma informação. Que, se fala sempre em prejuízo, mas que não se deveria fazer, porque se estará a falar de um serviço público. Que, as festas do Sítio, nunca poderão dar lucro. Que, se quiser ter uma componente lúdica, atrativa, e que atraia também comerciantes, tem que se ter um cartaz bastante atrativo, porque só assim, se consegue ter pessoas e por outro lado comerciantes. Que, também já o disse em reunião de Câmara, que o termo "fiasco" foi utilizado em referencia ao ano passado, não sendo considerado "um fiasco", mas sim um fracasso, porque não se apostou muito na componente lúdica, e como tal os comerciantes também se afastaram. Que, este ano tinham mais ou menos um cartaz bastante atrativo e fruto da catalisação que consegue detetar que existe entre os comerciantes e que também não houve essa presença, como pensariam que iriam ter. Que, por conseguinte, o lado da

receita, aí, não subiu, e apenas evoluiu o lado da despesa, que se prende com a questão dos cartazes. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, que disse que, foi acompanhando o processo, e que não lhe parece, que da forma como as questões foram colocadas, que se deva pronunciar agora, exclusivamente, ou seja, propunha, conforme o Senhor Vice-Presidente, e Vereador, com esse pelouro, propôs, que as questões, que estão provavelmente colocadas por escrito, se não estão, retiram-se da audição da Assembleia, as fizessem chegar, para que depois em conjunto com as colegas do Gabinete de Eventos, poder dar as respostas todas, corretas e da forma mais assertiva possível. -----

- **Interveio o Senhor Presidente da Câmara**, para dizer, que uma vez que o ponto será para conhecimento, não vê lógica no pedido de retirada do mesmo. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que frisou, que continua a achar que tem lógica retirar o ponto, para bem de todos, para bem da Assembleia, porque estão a dar conhecimento de valores errados, e que gostava que lhe dessem conhecimento dos valores certos, e das coisas todas postas, lá! Que, lhe estão a dar conhecimento de uma coisa que não será verdade. Que, solicita que o ponto seja retirado, que façam as alterações, coloquem o que realmente falta dos valores das festas do Sítio, e apresentem o valor certo. **Interveio o Senhor Presidente da Câmara**, para dizer que, como não tem conhecimento, dessa situação, mas que não quer acreditar que, o relatório não é verídico.

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, que quis dar um esclarecimento à Assembleia: no âmbito do pode ser ou não deliberado, que lhe parece pertinente, até porque isso muitas vezes é questionado, esclareço, que o ponto será para conhecimento e que não haverá votação nenhuma. Que, todas as observações, que aqui foram colocadas por todas as bancadas, no seu modesto entender, serão muito pertinentes, devendo ser colocadas por escrito, de forma a que sejam devidamente esclarecidas. Que, pessoalmente, não retira, qualquer tipo de importância às questões que foram levantadas. Que, outra questão será – que é um relatório para conhecimento, e se fosse para aprovação, que daria toda a razão, e o ponto teria de ser retirado, para correção, e que outra circunstancia será que não pode haver declarações de voto, que não pode haver nada, sendo só para conhecimento. Que os membros de bancada, têm toda a legitimidade para solicitar esclarecimentos sobre o ponto, na medida em que tomaram conhecimento do mesmo e que entendem que existem várias falhas, e depois face às respostas, tomarão as medidas que entenderem necessárias. Que, não pode ser retirado um ponto, que será para conhecimento. Que agora, não foi tomado conhecimento, pronto, então não foi tomado conhecimento. Que, ponto retirado, não lhe parece, porque sinceramente, nunca viu isso na Lei. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que começou por dizer que existem ali, várias questões: que pensa que se pode retirar, qualquer ponto que seja da “nossa ordem”. Que, se não se puder, solicitou à Dra. Helena que lhes indique onde é que isso está na Lei e que naturalmente, cumprirão! Que, na opinião da CDU, se não estão reunidas todas as condições, para dar conhecimento à Assembleia, para que se possa discutir, porque se trouxeram outros valores para cima da mesa, a discussão pode ser diferente, e assim sendo, não estarão em condições de ter conhecimento, do ponto. Que, se inclusivamente será o próprio PS que trouxe um conjunto de questões de

opacidade, sobre os números, que não sabe como se pode ter conhecimento sobre isso. Que, a Dra. Helena disse que nunca viu isso, eu lado nenhum, que também não! -----

- Sobre a questão de o prejuízo ser, investimento público, disse que, bem-vindo ao PS, a essa forma de ver as coisas, e referiu o transporte para Fanhais, o que possibilita as pessoas virem à praia e usufruírem da praia, isso já será um prejuízo, já não será um investimento do bem-estar das pessoas e muitas coisas mais, que não terá tempo para as referir. Que, queria dizer, relativamente à questão das festas do Sítio, acha que o ponto que se deve refletir, e que será a segunda vez que a CDU, traz à Assembleia o assunto – que o importante discutir, será o modelo dessa festa – que existem questões sociológicas, que até que vale a pena referir, que a festa costumava ser o ponto de encontro, a pausa, o fim do verão, onde a comunidade se encontrava toda naquele espaço, começando o seu descanso, o merecido descanso, depois de um verão de trabalho árduo. Que, agora já não o será, por diferentes razões, mas que se invista numa festa com as devidas proporções e do limite daquilo que se pode ir, numa Câmara endividada e com a gestão desastrosa de orçamento, que tem vindo a acontecer e que se conhece; que se invista numa festa como deve de ser para a população, que não merece ter um mercado de Natal, que não merece ter luzes de Natal por causa da maresia, aparentemente agora também a maresia entra para estas razões de não termos iluminação, enfim, se calhar as pessoas devem-se deslocar a S. Martinho do Porto ou a outras regiões costeiras para usufruírem de iluminação de Natal, mas que estará tudo bem, porque acha que “aí a maresia não ataca!” . Que referir as festas do Sítio como um momento importante, de reunião da comunidade, onde se envolva a comunidade e em que a comunidade participe na construção dessa festa, isso sim, deveria ser o que se estaria aqui a discutir, mas que não se está! Que, se andam a contratar pessoas fora, que não têm conhecimento nenhum com a comunidade para vir cá implementar um modelo, que já se viu que estará absolutamente falhado. Que se comece a discutir isso. Que o grande problema, Senhor Presidente da Câmara, será que não têm capacidade de o fazer, e não têm capacidade de o fazer, porque a comunidade, se encontra desligada, do executivo, e que essa será a grande questão. Que, não conseguem imprimir essa dinâmica, onde as pessoas não têm vontade de se envolver numa festa convosco, e que será por isso que vão continuar a implementar este modelo, e que irão continuar a falhar. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que quis referir a posição do PSD, e que pensam igual à CDU, relativamente à questão da retirada do ponto, e que qualquer ponto pode ser retirado, onde a Lei não distingue os pontos, porque se quisessem que fosse uma informação, vinha junto à informação do Presidente da Câmara, mas que sendo um ponto, pode ser retirado. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques**, que disse que essa questão da retirada do ponto, deveria ser esclarecida, se efetivamente legalmente será possível ou não essa proposta ser aceite pela Mesa, uma vez que se terá na Assembleia alguém que poderá dar essa justificação. Que, se cada um de nós tiver uma opinião divergente, não se irá chegar à conclusão porque crê que ninguém ali, será jurista. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, que veio esclarecer: que o ponto será para tomada de conhecimento. A Assembleia tomará conhecimento e não concordará, não aceitará, não achará que estará bem, tomará conhecimento e ponto final. Que, a partir daí decidirá o que terá de fazer, tendo em conta o teor das considerações e explicações

do que aqui foi dado, face às dúvidas que foram colocadas. Que, o conhecimento, será só isso, e que será a sua posição jurídica. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Helena Vaz**, que disse que não sendo jurista e pouco percebendo de leis, e a questão que viu será muito simples – que existe uma agenda, a Assembleia terá uma agenda, com os pontos de ordem, e que supõe que no momento surgiu uma circunstância imprevista, e que pensa que pode haver um acordo entre os membros para modificar a agenda, ou seja, que se tem um ponto na agenda e que se irá modificar esse ponto. Que isso, será possível. Que se modificar, será retirar o ponto, e se todos os membros assim concordarem, não vê qual a razão para não o poder fazer. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que disse que, a Dra. Helena Pola, levou a questão para o conhecimento, e que eles tiveram conhecimento, mas o que esteve ali em discussão, foi saber, se seria legal ou não, a retirada do ponto, e que isso não foi dito – será legal retirar o ponto, ou não? -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que acrescentou, que no fundamental, seria isso, e que apesar de tudo considera que, a partir do momento em que existe uma proposta para ser votada, ela terá de ser votada. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa**, para dizer que se poderia chegar a um meio termo – que na sua opinião não haveria necessidade de o ponto ser retirado, no sentido de que se iria comprometer com todos que na próxima Assembleia, todos os pontos que fizerem chegar para esclarecimento, serão esclarecidos. Mas, se quiserem que o ponto vá a discussão para a retirada, que se fará isso. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques**, que disse que, concorda com a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa, e inclusive a proposta apresentada pela Dra. Helena, e que na sua opinião, poderiam todos enviar as questões, e caso houvesse necessidade de proceder a alguma alteração ou se houvesse alguma inconformidade no relatório, que dessa forma pudesse voltar à Assembleia, e para novamente conhecimento e corrigido. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que disse que para a CDU, não chega, e que gostavam de ver isso refletido na ordem de trabalhos, novamente. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia**, que disse que se iria basear naquilo que foi o apoio jurídico dado pela Dra. Helena. **Interveio a Dra. Helena Pola**, para aditar mais uma circunstância – independentemente, da questão da retirada ou não da questão do ponto, a Assembleia não terá poderes para determinar que o relatório seja alterado. Que, será um relatório técnico. Que, a Assembleia, terá poderes para no âmbito dos poderes de fiscalização e informação e passou a citar ...” indagar, questionar, impugnar... “, mas que o documento será aquele. Que, poderá estar incompleto, disse que, não faz ideia porque não foi ela que o elaborou, poderá necessitar de alguns esclarecimentos adicionais, e será aquilo, que certamente se chegar aos serviços da Câmara será devidamente esclarecido. Poderá ou não motivar outro relatório, que também não consegue dar essa resposta, porque irá depender de quem o elaborou estar disponível para elaborar outro ou não. Que, depois todas as pessoas e todas as bancadas terão o direito de fazerem aquilo que entenderem. Que, as questões que estão a ser abordadas, irão certamente ter resposta, se chegarem aos serviços camarários, todas elas sem exceção. Que, as respostas terão da vossa apreciação, aquilo que entenderem. Que, a Assembleia não pode alterar/mexer nos pontos que vêm para conhecimento, nem

determinar as suas alterações, mas que pode fazer uma série de considerações que levem a que o ponto seja alterado. Que, será fazer chegar as questões para terem todos os esclarecimentos e daquilo que o Senhor Presidente da Assembleia referiu, será associado um complemento ao relatório. -----

- **Usou da palavra o senhor Deputado António Absalão**, para dizer que, não foi respondida à questão sobre a sua solicitação – se a Assembleia terá poderes ou não, para retirar o ponto? -----

- **Usou da palavra a Senhora Dra. Helena Pola para responder**: que nunca viu um ponto para conhecimento ser retirado de lado nenhum, porque será para conhecimento e não para tomada de posição/deliberação. Que, concorda totalmente, que quem faz a ordem de trabalhos será o Senhor Presidente da Assembleia, e nessa medida, o Senhor Presidente da Assembleia, com a votação de todo o plenário, pode propor a retirada de um ponto. Que, se imagine, que até por alguma situação, a documentação não tinha sido bem distribuída, que faltava alguma coisa, podia a Assembleia propor a retirada do ponto. Que, tendo em conta o tipo de decisão que aqui irá ser tomada, que não será nenhuma, só será tomar conhecimento, que não lhe faz muito sentido. Que, responde diretamente ao Senhor António Absalão, que a Assembleia, pode. -----

- **O Senhor Presidente da Assembleia**, mantém a proposta que fez, no sentido, de que garante que, chegando todas as questões, irão ser todas esclarecidas. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que agradece a disponibilidade em entregar tudo o que seja necessário, mas acha que vai alterar substancialmente o conteúdo do relatório, mantém a posição de retirar o ponto. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia**, que disse que, na medida em que o PSD propõe a retirada do ponto, terá de levar a situação a votação. -----

A Assembleia tomou conhecimento da apresentação do ponto 12 na Ordem do Dia.

Votação da retirada do ponto: 12 votos a favor; 10 contra e 2 abstenções. -----

O ponto foi por maioria retirado. -----

13. LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Para conhecimento)

O Senhor Deputado João Vieira retirou-se da sessão. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que disse que gostaria de solicitar um esclarecimento: relativamente aos pontos 1350/1351/1354/1355, em que em todos foram referidos que são para técnicos da Universidade Sénior e que gostaria de saber se são funcionários ou se são professores, e que a resposta poderá ser por escrito. Quantos funcionários tem a Universidade Sénior pagos pelo Município, em prestação de serviços e que também em relação a questão da proposta de funções de Gestor de Bairro, já mencionado no início da reunião e que gostariam de ter acesso depois ao caderno de encargos, onde se vê as funções do Gestor de Bairro tem e que não consta do contrato. – **Usou da palavra a Dra. Helena para prestar esclarecimentos**: que em relação aos

técnicos, disse que, todos têm as devidas habilitações para as funções para as quais foram contratados. Que, poderão fazer chegar por escrito, a referencia a essas habilitações. Que, sabe que todos eles, têm as habilitações específicas. Que, em relação ao Gestor de Bairro, irá enviar o processo todo, porque foram convidadas sete pessoas e que enviará o processo todo de forma a que não hajam dúvidas nenhuma, quer das funções quer da forma como o processo decorreu. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

- O Senhor Deputado João Vieira, regressou à sessão. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo zero horas e vinte e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo substituto do Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----
